



MUNICÍPIO DE AVEIRO **Assembleia Municipal**

ACTA N.º 9

Sessão ordinária de Abril

5.ª Reunião de 06-05-1998

Aos seis dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal António Sousa Dinis Correia, como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Diniz Marques, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 19:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Libério da Silva Santos, João Pedro Simões Dias, Estevão de Sousa Rosas, Manuel Simões Madaíl, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Branco Pontes e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais: António de Sousa Dinis Correia, Lucas Amaro Rodrigues e António Manuel dos Santos Salavessa, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

De seguida, a pedido do Vogal Jorge Arroiteia, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação do plenário, a existência de um período de antes da ordem do dia com o limite máximo de trinta minutos, tendo sido o mesmo aprovado por maioria de vinte e cinco votos a favor e duas abstenções.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Jorge Arroiteia:

"Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, serei também breve nesta minha intervenção, mas entendemos que não nos devíamos calar no dia de hoje, sobretudo para nos congratularmos com alguns acontecimentos que tiveram lugar nesta cidade e que têm a ver fundamentalmente com o enriquecimento cultural de Aveiro e com a sua atractividade e desempenho a termos futuros. Eu gostaria sobretudo de realçar a importância e o significado de dois dos protocolos que foram hoje assinados com a presença do Sr. Ministro da Cultura, entre o IPPAR e a Câmara Municipal de Aveiro. E permitam-me que destaque duas entidades, nomeadamente o Museu e a Misericórdia. A propósito destes protocolos que foram assinados com vista à recuperação de órgãos do século XVIII que constituem alguns dos raros exemplares que nós dispomos no nosso país, gostávamos de realçar apenas quatro pontos:

Em primeiro lugar, a sinergia que estes actos representaram entre o poder central e o poder local;

Em segundo lugar, a importância de um mecenato que não se confina à participação de empresas apenas sediadas em Aveiro, mas também empresas sediadas na periferia de Aveiro, o que nos parece que deve ser um facto a realçar;

O terceiro ponto que eu gostaria de destacar era a importância dos quinhentos anos da Misericórdia de Aveiro no âmbito do qual se inscreveu este protocolo assinado para a recuperação do órgão da Misericórdia;

E finalmente, queríamos congratular também pelo facto de Aveiro ficar certamente mais rica, dispondo de um património cultural importante e (desculpe Sr. Presidente da Câmara invocá-lo, como referiu no seu discurso) a possibilidade de se poderem desempenhar em Aveiro concertos desta natureza, dando seguimento a algumas aprendizagens que se concretizam na Universidade de Aveiro, nomeadamente, através dos cursos de órgão que aqui foram criados.

Portanto, a nossa intervenção, é uma intervenção que tem sobretudo o empenho de realçar o significado deste acto e em simultâneo de solicitar à Câmara para que não se confine a actos que tenham a ver fundamentalmente com as freguesias urbanas, mas que tenha igualmente em atenção as iniciativas que puder, que possam atrair e possam desenvolver culturalmente as freguesias rurais e já agora, ter igualmente em atenção, sabemos que o está a fazer, no sentido de preservar os diversos monumentos e a riqueza patrimonial de que dispomos nesta cidade."

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Raúl Ventura Martins.

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, eu queria primeiro do que tudo saudar esta alteração da arrumação da Assembleia. Penso que esta nova arrumação é aquela que corresponde de facto, ao equilíbrio e àquilo que deve ser a posição dos diversos agrupamentos. Nunca gostei de estar de costas para o PS; prefiro tê-lo ao lado do que nas minhas costas. E finalmente, temos uma arrumação que é similar à arrumação da Assembleia da República.

Sr. Presidente, eu pedi a palavra no período de antes da ordem do dia, até para aliviar uma intervenção que faria noutra ponto da ordem de trabalhos, era inevitável. Portanto, era para dizer que se estivesse aqui ontem, teria votado contra a aprovação do Relatório e Contas de 1997, pelas razões apresentadas durante a intervenção, na terceira reunião, sobretudo por considerar que sendo estes dois documentos claramente da responsabilidade da Câmara actual, a mesma nunca os assume como sendo da sua responsabilidade.

O segundo, é para dizer que se estivesse aqui ontem teria optado pela abstenção na votação da Revisão do Plano. Não podia votar contra, porque o PCP não quer contribuir para a inviabilização de algumas medidas que necessitam do ponto de vista técnico-jurídico, desta revisão; não podia votar a favor, porque a revisão está polvilhada de demagogia, porque faz aumentar as despesas previstas e só isso, previstas em quase dois milhões de contos, passando para cerca de nove milhões de contos a despesa prevista acumulada com o Plano de Actividades que estava em vigor, quando no ano passado se gastaram cerca de 5,2 milhões. Portanto, passar de 5,2 milhões para 9 milhões, não é possível. Se o Plano aprovado em Dezembro era mentira, esta revisão é mentira maior. É aumentada porque o empréstimo para saneamento financeiro está aqui previsto, não para sanear, mas sim para eventuais novos investimentos. Como se fosse possível gastar duas vezes o mesmo dinheiro."

Vogal Diogo Soares Machado:

"Sr. Presidente muito obrigado. Muito rapidamente, apenas para prestar um esclarecimento público em relação a um tema que eu próprio introduzi nos trabalhos desta Assembleia na reunião de ontem, creio, relativo à Europa dos Pequenitos aqui debatido com o Sr. Presidente da Câmara Municipal e com o Executivo da Câmara Municipal. Foi aqui dito que não havia sido dado qualquer sinal para a garantia dos terrenos, não precavendo desta forma, uma possível especulação imobiliária daqueles terrenos e com base nisso até fui gozado com alguma imaturidade política. E eu esclareço esta Assembleia e a opinião pública aveirense de que parece que a situação não seria bem essa. Obviamente não havia sido dado qualquer sinal, havia no entanto, em 23/10/1997 sido assinado um protocolo de compra e venda dos terrenos em causa na implantação da Europa dos Pequenitos, as referidas marinhas, com toda a validade jurídica até porque mencionava valores e fins da utilização dos terrenos. Posteriormente a isso seguiu-se a assinatura do protocolo com a Fundação Bissaya Barreto (como os senhores sabem e bem) em 25/10/1997. Ou seja, a Câmara de Aveiro, o Executivo na altura em funções, procurou ainda antes de assinar o protocolo para a implantação da Europa dos Pequenitos em Aveiro, do Parque Temático, garantir de uma forma segura que os terrenos não fossem algo de especulação imobiliária, que os terrenos não fossem utilizados para outro fim; que os terrenos enfim, ficassem adstritos a este projecto. Em nome da verdade, penso que da bancada do Partido Popular este esclarecimento tinha que ser feito, recordo o Sr. Presidente da mesa que isto é um esclarecimento, não é um pedido de esclarecimento."

Entretanto deram entrada na sala os Vogais, Rogério Mário Madaíl da Silva e Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal João Barbosa:

*"Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara
Distribuí por todas as bancadas desta Assembleia, pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Presidente da Assembleia, o guia do protocolo autárquico e as suas procedências. E falo disto, porque queria lamentar mais uma situação que aconteceu hoje. O Sr. Presidente da Câmara até poderá não ter culpa, mas é sempre o Sr. Presidente da Câmara. É que mais uma vez, hoje esteve cá um Sr. Ministro a fazer um protocolo com o Sr. Presidente da Câmara e é lamentável que depois de tantos convites que foram feitos, se esquecessem mais uma vez do Presidente da Junta e muito mais, se tivessem esquecido do Presidente da Junta onde esses protocolos*

foram feitos e da Junta que ia ser beneficiada com esses protocolos. Sr. Presidente da Câmara, agradeço que chame à atenção os serviços, porque até pode acontecer que estas coisas aconteçam de propósito e se os serviços não são adequados, o Sr. Presidente da Câmara só tem que os substituir por pessoas que saibam e que lhe mereçam a sua confiança.”

Vogal Raúl Martins:

"Muito obrigado Sr. Presidente, caros colegas uma boa tarde a todos. É sobre estas considerações do PCP que foram levantadas no princípio e das efemérides levantadas pelo meu querido amigo, Professor Arroteia. Também queria hoje trazer aqui uma efeméride importante para o país, para a democracia e porque envolve efectivamente gente da nossa terra, portanto, uma conterrânea nossa. De facto, faz hoje dez anos que Zita Seabra abandonou o Partido Comunista. E assim como qualquer religião se regozija com a conversão de um qualquer pecador arrependido, os democratas ficam obviamente felizes, quando um qualquer cidadão ou cidadã, encontra o caminho da democracia, particularmente aqueles, como Zita Seabra, defenderam mais e mais de um quarto século as teses do centralismo dito democrático, que como sabemos avaliza sempre a perda de direitos de quem não pertence à elite dirigente. Daqui endereçamos à agora militante do PSD e autarca da Câmara de Vila Franca de Xira, (Câmara de que aliás é Presidente a minha querida camarada Maria da Luz Rosinha) parabéns pela passagem das suas bodas de cobre em democracia.”

Vogal Rogério Madaíl:

"Eu vinha apresentar uma sugestão ao Sr. Presidente da Câmara. Como sabemos, foi hoje anunciada a candidatura ao Euro 2004 pela Federação Portuguesa de Futebol. Há grandes movimentações de vários municípios de apresentação de candidaturas, não só o Porto, que se está a candidatar para chefiar o projecto, para assumir um posicionamento liderante neste projecto, como também outras autarquias, nomeadamente Coimbra e Leiria, mais especificamente Leiria. Eu penso que Aveiro tem algum potencial para o desenvolver, este projecto, e como a Federação Portuguesa tem que apresentar a candidatura até trinta de Setembro e nessa altura já tem que ter indicado quais são as cidades que vão ser sedes de grupo e como já há cadernos de encargos por aí feitos, eu vinha sugerir que se achasse interessante para Aveiro e eu penso que sim, que promovesse realmente a elaboração de um estudo que pudesse suportar a candidatura de Aveiro, no caso de Portugal vir a organizar o Euro 2004. Penso que há grandes hipóteses, mas portanto, é um risco que se assume, mas de qualquer maneira se os estudos ficarem feitos também podem ser aproveitados para outras coisas. Agora, se isso não é apresentado antes, eu penso que isso terá que ir já no processo de candidatura da Federação em Setembro.”

Vogal Capão Filipe:

"Infelizmente o nosso regimento tem como inspiração o regimento do Conselho de Segurança da ONU, isto é, concede a cada deputado o estatuto de super potência com um direito de veto. E só queria recordar que devido ao veto do Afeganistão, não conseguimos em sessões anteriores a recomendação sugerida em termos de município do grupo de trabalho para a candidatura de Aveiro em 2004. Mas felizmente, foi bem entendida pela comunicação social e nos principais órgãos de comunicação social, sejam desportivos ou não, felizmente quando o Sr. Dr. Madaíl foi eleito ou foi conduzido para outro sector da U.E.F.A, o sector que trata das candidaturas ao

européu 2004, na mesma página em que referia esse assunto, (e bem haja, Sr. Presidente da Câmara por também ter referido na mesma Assembleia a aceitação dessa recomendação independentemente da votação) saímos já com essa postura de sermos candidatos ao europeu de 2004 como cidade sede. Bem haja.”

Entretanto deram entrada na sala os vogais, Jorge Manuel do Nascimento e Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Presidente da Câmara:

"Muito obrigado Sr. Presidente. Em relação à Europa dos Pequeninos, eu acho que não vale a pena estar a repetir o que disse e até porque o ambiente está bem disposto, eu não vou estragá-lo.

Sr. Deputado Diogo Machado, o que se passou foi isto: de facto foi assinado um contrato-promessa com os donos das marinhas em tempos, só que há duas semanas atrás chegaram-me dois marnotos ali ao gabinete. Chegaram ao pé do Sr. Godinho e disseram assim: Bom dia. Estamos aqui, somos os donos da Europa dos Pequeninos, mas ainda não nos pagaram um tostão.

Ou seja, o que se passou foi exactamente isso. Assinou-se um papel, não foi sinalizado; assinou-se depois o protocolo, não foi ratificado. Tudo aquilo que eu disse na última sessão é rigorosamente verdade e tudo aquilo que o Diogo acabou de dizer, não retira uma vírgula àquilo que eu disse. Eu é que sinalizei pela primeira vez a compra das marinhas aos marnotos e para melhor informação vá falar com eles e eles que lhe digam. Ou eles estavam a mentir ou estou eu. Portanto, fale com eles. De facto, não havia e alguém lhes poderia ter comprado as marinhas depois, a cena até foi um bocado engraçada porque eles apresentaram-se de facto como sendo os donos da Europa dos Pequeninos, mas ainda ninguém lhes tinha pagado nada. Portanto, penso que isso está esclarecido. De facto foi assinado um papel, mas que não dava garantias nenhuma de nada.

Depois, queria pedir desculpa ao Sr. Barbosa porque mais uma vez houve uma falha. As indicações era para que todos os Srs. Presidentes de Junta fossem e sejam sempre convidados sempre que há visitas de membros do Governo ou outras cerimónias nas respectivas Juntas e, portanto, o protocolo falhou. Lamento e vou tomar providências para que não torne a falhar, porque já é a segunda vez que me chama à atenção e justamente.

Quanto ao campeonato da Europa. Com efeito, logo que nos apercebemos e até foi numa conversa informal numa assembleia em que veio o Sr. Presidente da Federação de Futebol a Aveiro, que havia essa possibilidade. Manifestámos ao Sr. Presidente da Federação, a nossa disponibilidade e interesse para que Aveiro acolhesse uma das fases desse campeonato e para que assim que houvesse certezas sobre isso, nos desse essa indicação para podermos preparar essa candidatura a tempo. Acho que é uma excelente oportunidade de renovarmos as nossas estruturas desportivas, futebolísticas em especial, e portanto, vamos fazer por isso.

Eu hoje confesso que nem me apercebi que tinha sido anunciado oficialmente, andei todo o dia, como sabem, com o Ministro da Cultura. Não me apercebi, mas vou imediatamente ver o que é que se está a passar e fazer o possível para que possamos vir a ser os escolhidos.

O meu receio é que se repita uma espécie de carrossel como aconteceu para as faculdades de medicina. Portanto, acho que vai ser o dossier mais sólido e que apareceu com melhores argumentos. Temos que trabalhar seriamente.

E quanto à situação do Sr. Salavessa sobre as contas de ontem, eu estou convencido que se cá estivesse estado teria sido persuadido pelas explicações que foram dadas, teria sido persuadido pelas declarações que não ouviu e portanto, teria votado favoravelmente.”

Vogal Diogo Soares Machado:

"Em primeiro lugar, para comunicar ao Sr. Presidente da Mesa que eu não tinha feito rigorosamente pedido de esclarecimento nenhum ao Sr. Presidente da Câmara e que no período de antes da ordem do dia só pode intervir se nós lhe fizermos algum pedido de esclarecimento. Portanto, usou indevidamente a palavra.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, para esclarecer novamente que este protocolo que como digo foi assinado em 23/10/1997, à data Presidente da Câmara, Professor Celso Santos, e os proprietários da marinha "Casinhas da Promaceira - Paraíso", Carlos Alberto Simões da Cruz, como sabe, e João da Cruz Simões Instrumento, nome "sui generis", uma marinha com setenta e oito mil e quatrocentos metros quadrados (toda a gente sabe qual é e para que é), contrato-promessa de compra e venda esse, onde estava inclusivamente especificado o modo de pagamento, em treze prestações mensais - quatro de três mil contos, quatro de cinco mil contos, quatro de seis mil contos, uma de nove mil contos - aprovado em reunião de Câmara no dia 27/10/1997, reunião de Câmara essa, onde obviamente estava, por exemplo, o Sr. Vereador Eduardo Feio que pode confirmar aquilo que digo. Como referi há pouco, este protocolo ou o contrato-promessa de compra e venda, foi assinado dois dias antes da assinatura do protocolo com a fundação Bissaya Barreto, ou seja, as coisas foram feitas como manda o figurino, creio eu. Este protocolo foi entregue ao notariado para a feitura da escritura, seguindo os trâmites legais, como o Sr. Presidente da Mesa pode confirmar, só após a aprovação nesta Assembleia Municipal e posterior visto do Tribunal de Contas poderia ser pago. Sr. Presidente da Mesa, poderá dar uma ajuda jurídica, creio que não estou enganado quando afirmo tal coisa. Ora, Srs. Deputados e Sr. Presidente da Câmara, este protocolo ou contrato-promessa compra e venda com os proprietários da marinha em causa, foi ratificado nesta Assembleia Municipal no dia 28 de Dezembro de 1997, na última reunião ordinária do ano de 1997, por sinal coincidente com a altura de transição do mandato. O presidente a seguir era V. Ex.a, Sr. Dr. Alberto Souto Miranda, é a si que compete sinalizar o que já está aprovado; é a si que compete cumprir com aquilo que está escrito devidamente "legislado", devidamente acautelado pelo Executivo anterior. E o esclarecimento que aqui presto é no sentido de que não admitimos, não aceitamos que quando as coisas são bem feitas e são feitas com boa fé e são feitas na defesa dos superiores interesses da Cidade e do Concelho de Aveiro se critica e facilmente, gratuitamente e de um modo às vezes infundado, aquilo que se passou como base não justificativa para alguns ataques soezes, que às vezes aqui são proferidos.”

Presidente da Câmara:

"Eu não quero alimentar a polémica. Só queria dizer o seguinte: a minha perspectiva da forma de defender eficazmente e sem riscos os interesses de Aveiro, teria sido imediatamente o momento em que tivesse chegado a acordo com os marnotos, sinalizar o negócio e fechá-lo o melhor possível.

A minha perspectiva na defesa do que são os interesses do município nesse projecto, teria sido esta. A sua, pelo que deduzo, é de ter esperado pelo mês de Março quando pela primeira vez os donos me apareceram sem ter recebido um centavo. E não queria dizer mais nada.”

Presidente da Mesa:

“Vamos entrar no período da ordem do dia e agora sim, com o ponto da ordem de trabalhos - Empréstimos - Empréstimo Bancário a Contrair pelo Município.”

PONTO N.º 4 - EMPRÉSTIMOS - EMPRÉSTIMO BANCÁRIO A CONTRAIR PELO MUNICÍPIO

Presidente da Câmara:

“ A documentação está distribuída e penso que já todos temos a noção das variáveis e dos elementos, dos factores que nos levaram a submeter esta proposta à Câmara.

Na relação de encargos assumidos e não pagos, identificou-se uma dívida global de um milhão e vinte e um mil contos - oitocentos e quarenta e nove contos a entidades privadas e cento e setenta e um mil contos a entidades públicas - isto na conta de gerência. E como se foi vendo ontem, logo a dez de Fevereiro já podíamos acrescentar um milhão e quinhentos mil contos de dívidas, ordens de pagamento emitidas que apenas aguardavam disponibilidade na tesouraria para ser pagas. Além disso, foram identificados compromissos de curto prazo de cerca de um milhão e cem mil contos referentes a trabalhos e obras em curso, alguns com prazos de execução claramente já ultrapassados e as obras, como estão à vista na cidade, foram-se atrasando por falta de pagamento.

Total das dívidas vencidas exigíveis a curto prazo, dois milhões e seiscentos contos. Portanto, isto com mais quatrocentos e trinta mil contos de terrenos prometidos comprar (as tais marinhas) e não foram pagos, entre outros, dá a bonita soma de cinco milhões oitocentos e doze mil contos. Esta situação, obviamente, é insustentável. Os empreiteiros atrasam as obras e temos obras em curso que estão atrasadas por causa disso. A credibilidade da Câmara é afectada; os fornecedores sentem às vezes dificuldades nas suas próprias empresas porque dependem, alguns muito, da Câmara para a sua economia; assiste-se a cenas que são lamentáveis, de forte pressão sobre os serviços para exigir o cumprimento de pagamento das dívidas, o que não tem sido possível fazer. A imagem da Câmara está completamente degradada. Estamos em situação de ruptura de tesouraria, basta lembrar que o limite máximo que a lei prevê para acorrer a défices de tesouraria é de cento e tal mil contos e o nosso vai nos números que referi. Neste sentido foi analisada a capacidade de endividamento da Câmara e chegou-se à conclusão que efectivamente ainda era possível contrair um empréstimo. O mapa de endividamento foi distribuído a toda a gente. Aponta, como também ontem foi aqui referido, para uma capacidade mínima de endividamento para o ano 2001, em que atingimos 90% da nossa capacidade de endividamento, mas com base num quadro em que nada se altere, isto é, em que o investimento feito se manteria estável até essa data, o que não é de presumir, pelo contrário, mas presumir que o investimento vai ser maior. Isto porque, o investimento efectuado no ano anterior constitui um dos parâmetros por onde se avalia a capacidade de endividamento e partiu de uma taxa indicativa para cálculo de 5%. E como viram também nas propostas que nos foram enviadas, a taxa é inferior. Além disso, há aqui ainda um outro factor que introduz alguma folga na capacidade de

endividamento é que, por um lado, o empréstimo de seiscentos mil contos autorizado para os Serviços Municipalizados, naturalmente só entra para a capacidade de endividamento à medida que for sendo utilizado e portanto, neste momento o empréstimo não são seiscentos mil, são apenas cinquenta e tal mil contos (se a minha memória não me falha em relação àquilo que já foi utilizado por os Serviços Municipalizados e que também os empréstimos que agora solicitamos no montante total de um milhão cento e cinquenta, serão feitos nesse regime, ou seja, na abertura de crédito, conta corrente, a Câmara só vai desembolsar à medida das suas necessidades e portanto, não vai ser de um momento para o outro que vamos atingir estes parâmetros que ainda assim nos permitiriam contratar outros.

As contas foram feitas, há sempre alguma margem de escolha, alguma margem de arbitrário para determinar o montante do empréstimo numa situação destas. Chegou-se à conclusão que um prazo de dois meses de atraso em relação aos pagamentos, era um atraso razoável. Digamos que corresponde, apesar de ser sempre desagradável não pagar a pronto, dois meses em relação ao panorama e ao giro comercial e institucional entre as Câmaras e os seus fornecedores empreiteiros, parece um prazo razoável sobretudo para uma Câmara que neste momento está a pagar em média (...) pagamentos na Câmara que datam de 1997/96, etc.. Sendo assim, calculou-se este valor de oitocentos mil contos para saneamento financeiro que permite justamente fazer baixar o prazo de pagamento das dívidas da Câmara para cerca de dois meses. Além disso, como a Câmara não pode limitar-se a pagar dívidas e a vida em Aveiro tem que andar para a frente e como a Câmara tem de se candidatar aos vários programas regionais e comunitários que existem para financiar as obras e porque todos esses programas prevêm uma percentagem de capital por parte da Câmara que é variável, mas que pode ir dos 15% aos 50% consoante o programa, é necessário que a Câmara, além de dinheiro para pagar as dívidas, disponha de dinheiro para participar essas obras. E daí que se tenham previsto trezentos e cinquenta mil contos para o conjunto de investimentos que temos previstos e que foram aprovados ontem. É claro que isto não chega. O trabalho que vamos ter pela frente de reorganizar financeiramente a Câmara, implica por um lado um empréstimo, de facto, para saneamento financeiro; implica do lado das despesas um maior rigor na organização da própria Câmara, temos a sensação que há desperdícios enormes ao nível dos Armazéns Gerais, jardins, horas extraordinárias. Estão inquéritos e auditorias a ser feitos e temos tido resultados que confirmam as suspeitas de que a desorganização abre a porta a muitas deseconomias e desperdícios e portanto, temos que por um lado, organizar melhor os serviços, por outro aumentar a receita e o aumento da receita, para além do empréstimo que agora solicitamos à Assembleia que aprove, terá que passar a muito curto prazo, e isso será submetido aqui à Assembleia também, por um aumento das taxas da Câmara. As taxas para loteamentos e obras estão baixas; temos taxas mais baixas do que Ílhavo e do que outras Câmaras circundantes e equivalentes. Estamos a perder dinheiro todos os dias, estamos a receber de taxas de obras e loteamentos por ano, o equivalente a dois apartamentos (para terem uma noção do nível de receitas que estamos a perder). As taxas que recebemos não são suficientes para pagar o custo da respectiva emissão, ou seja, o serviço que temos e na sequência do qual são emitidas essas taxas, está em défice permanente e há possibilidade, o estudo está feito e a proposta vai ser submetida a inquérito público depois de em Câmara o aprovarmos, de sem sobrecarregar muito os particulares conseguir um aumento de receitas que é significativo, sobretudo na situação financeira que encontramos. Portanto, agindo por um lado sobre as receitas e por outro sobre a contenção das despesas, estamos

esperançados que a situação da Câmara possa vir a ser equilibrada. Do ponto de vista legal, foram respeitados todos os requisitos, está aí explicitado o processo de consulta e um quadro comparativo que penso que é suficientemente claro e elucidativo sobre as vantagens. A melhor proposta é da Caixa Geral de Depósitos, não cobra comissão, cobra uma taxa com spread sobre a LISBOR de 0,025 nos dois casos e portanto, eu pediria a esta Assembleia que aprovasse este empréstimo. Há um período de deferimento de dois anos ou três e o prazo de pagamento para a operação de financiamento é oito anos, para a de investimento é de vinte anos.”

Vogal Filipe Brandão:

” Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Vogais da Assembleia. Muito brevemente, até porque estou certo, que das questões técnicas eventualmente tratará com o brilhantismo que lhe é característico o meu camarada Raúl Martins.

Apenas para referir aquilo que pessoalmente se me oferece dizer sobre isto, sobre a questão dos empréstimos, que é uma posição de princípio que eu venho mantendo já do anterior mandato, que quem gere e sente a necessidade de lançar mão deste instrumento deve-lhe ser autorizado pela Assembleia. E falo com experiência de quatro anos de oposição militante em que, nem por uma só vez, quando o anterior executivo veio e veio por diversas vezes solicitar a autorização de empréstimos, sempre a bancada do PS, aliás, no que foi acompanhada por toda a oposição, viabilizou e autorizou esses empréstimos. Tal bastaria para desde logo e sem quaisquer reservas manifestar a minha anuência para este empréstimo, até porquanto é inequívoco que a situação financeira da Câmara legítima logo daí, de “per si”, a contracção deste empréstimo como instrumento de saneamento financeiro. Mas também, embora tenha decorrido até da discussão ontem, que não seria uma consequência necessária, pessoalmente entendo que ainda ontem tendo nós aprovado uma revisão de um plano, cujo o pressuposto seria a entrada da receita consubstanciada neste empréstimo, não teria, a meu ver, cabimento que no dia seguinte à revisão provocada por essa entrada ela se não viesse a realizar.”

Vogal António Salavessa:

” Salvo novos elementos que possam surgir na discussão não faço segredo que vou votar a favor do empréstimo. Esta é a posição assumida pelo PCP. Porque o empréstimo é necessário, a isso obriga a gestão ruínosa do CDS/PP, porque estão observadas as exigências legais, nomeadamente o respeito pelo limite de endividamento do Município, porque os meus brilhantes camaradas especialistas nesta matéria garantem que a opção tomada é mais adequada no que diz respeito à instituição bancária escolhida e isto no estrito sentido do interesse do Município e não pelo facto de a instituição ser uma entidade pública. Mas o Sr. Presidente e a Câmara fizeram acompanhar esta proposta por um memorando a que chamou enquadramento geral do plano de saneamento financeiro da Câmara Municipal de Aveiro. Portanto, é louvável que tenha feito essa apresentação, mas ao votar favoravelmente o empréstimo, não posso deixar de ter presente esse documento. E estando de acordo com muito do que nele está escrito, existem, todavia, da nossa parte algumas notas discordantes que passo a referir:

Em primeiro, em lado nenhum se vê seja o que for nesse documento que aponte para o poder central, que aponte para o orçamento de estado. Até parece que a Câmara Municipal não quer ferir as susceptibilidades. Isto quando se sabe que ao longo dos anos a Lei das Finanças Locais não tem sido cumprida pelo poder central e pelas

diversas forças que o tem ocupado e se o tivesse sido, a situação do Município seria certamente, diferente.

Em segundo lugar, quando fala de medidas de carácter económico e ao agir sobre as receitas, mais uma vez alerta que no que diz respeito à alteração das taxas, tarifas e licenças que já aqui foram várias vezes referidas, nesse aspecto estaremos muito atentos até porque entendemos que parece ser muitas vezes a solução mais fácil, mas nem sempre a mais adequada. É que as pessoas já pagam os seus impostos, têm o direito a não serem sobrecarregadas com taxas municipais e sobretudo por taxas que não sejam justificadas. O Sr. Presidente da Câmara na sua intervenção de apresentação referiu um caso concreto, todos os casos concretos na nossa opinião que sejam de apoiar, nós apoiaremos, mas estaremos muito atentos à justiça relativa e a que não sejam sobrecarregados aqueles municípios que já têm dificuldades efectivas.

A terceira questão, ainda nas medidas de carácter económico. O Sr. Presidente e a Câmara não abordou uma questão que pode ser decisiva, que é a diminuição do recurso a serviços externos em todas as áreas em que resulte vantajoso para o município, a utilização dos seus recursos próprios. Não há nenhuma razão para que o Município não possa fazer e fazer bem aquilo para que disponha de meios, competências e capacidade. E está na hora de rever um conjunto de concessões de exclusivos que em nosso entender foram extremamente prejudiciais para o município. E cito apenas dois exemplos: a concessão de exploração da água em alta do sistema do Carvoeiro a um consórcio privado. Pergunto: quanto é que o município teve que pagar a esta empresa concessionada a água que vem para Aveiro, quanto é que isso custou aos cofres do Município, quanto é que prevê para este ano e no saldo de ganhos e perdas, isto é, aquilo que a concessionária nos pagou à cabeça e que nos paga de renda comparado com o custo efectivo da água. Se isto a médio prazo é vantajoso ou desvantajoso para o município.

A segunda questão, é a concessão do lixo ao consórcio Mota e Companhia, a SUMA. À cerca de um ano de ano denunciei e demonstrei que a concessão tinha sido um mau negócio para o município. O ano que acabou à pouco tempo não altera nada e comprovou aquilo que foi afirmado. Investindo mais e garantindo uma qualidade de serviço igual ou superior em cerca de sessenta mil contos ano, o município ainda poupava cem mil contos por cada ano se continuasse a ser o município a fazer o serviço que a SUMA faz. E é possível ler no Relatório de Contas que foi aqui aprovado que vai aumentar inevitavelmente o custo ou serviços contratados pela SUMA. Não sei se estão a ser devidamente controladas as quantidades de resíduos sólidos produzidos e recolhidos pela empresa, mas já que a média semanal aumentou seis toneladas entre 1994 e 1995, antes da concessão e depois da concessão é um "ver se te avias"; mais quarenta e oito toneladas por semana entre 1995 e 1996; mais cinquenta e nove toneladas entre 1996 e 1997. É muito aumento de tonelagem média semanal. É bom que isto seja devidamente averiguado. Mas uma barraca nunca fica completa e como sabem e consta do relatório, a SUMA tem ao seu serviço dezanove cantoneiros e motoristas que pertencem ao quadro da Câmara. Quando foi do contrato de concessão, tive oportunidade de questionar a legalidade desta medida, facto em que não estive sozinho, diga-se de passagem, mas a Câmara como é hábito avançou às cegas (a Câmara anterior). E agora o que é que temos? Temos um parecer jurídico encomendado por esta Câmara que diz o seguinte: Que não se encontra no ordenamento jurídico português qualquer preceito legal que permite às Câmaras Municipais cedam os seus funcionários a qualquer título, a empresas privadas. E como em direito público vigora o princípio da legalidade, só podendo por

isso Administração fazer aquilo que a lei lhe permite, consideram manifestamente ilegais as cláusulas 10º e 11º do contrato celebrado com a sociedade Mota e Companhia. Ficamos, por isso, à espera que o Sr. Presidente da Câmara que vá ao fundo da questão na revisão do processo, que defenda os interesses do concelho e que traga em breve o assunto novamente a esta assembleia."

Vogal Capão Filipe:

"Muito obrigado Sr. Presidente. Se eu fosse a subtitular esta ordem de trabalhos, dar-lhe-ia o subtítulo como tornar mais justas e verdadeiras as receitas financeiras do município aveirense. O Governo de Lisboa consegue a proeza "sui generis" de colocar municípios que à partida não deveriam sequer pedir empréstimo bancário, a pedir empréstimo bancário. E haja um mérito da temática da regionalização. É que no mínimo vamos ficar com um reforço municipal, o que se calhar se não se tivesse levantado a regionalização, nem isto em termos banais se conseguiria.

Este ponto pode ser discutido do seguinte modo: ou somos uns mangas de alpacas e vamos construir o futuro para os nossos netos, ou então vamos arranjar tudo o que tiver porque justo e porque razoável, tentar construir o futuro já para os nossos filhos. Por consequência, eu penso que este tipo de expressão, que é arranjar um método legal de ampliação financeira justa e razoável para o nosso município e quiçá ainda esteja a uma certa distância daquilo que mereceríamos, porventura, nem deveria ser fonte de discussão ou discussão pelo menos negativa.

A segunda, é que mais uma vez ouvi a esquerda portuguesa a referir a gestão ruínosa do CDS/PP, aquilo que eu julgava ocasional, afinal é um estigma psicológico da esquerda portuguesa; o ter que ter presente as pesadas heranças. Eu gostaria de referir que na última pesada herança (e estou a falar não no aspecto político, mas num aspecto estrutural e financeiro), para além de a destruírem, tivemos vinte tais anos para a esquerda se propôr fazer alguma coisa por este país. Há dois anos que estou à espera e ainda bem que espero sentado e gostaria que Aveiro não seguisse o exemplo de Portugal."

Vogal Britaldo Rodrigues:

" Sr. Presidente, eu queria de facto dizer que vou fazer uma intervenção muito curta, porque os aspectos técnicos serão decerto mais bem focados pelo ilustre economista que integra a nossa bancada, que é o Dr. Rogério Madaíl. E portanto, só uns pequenos apontamentos de natureza mais política. Fico um pouco preocupado quando olho para as medidas de carácter económico e se diz que, há que agir sobre as despesas e sobre as receitas. Obviamente que não podia ser de outra forma. Referem-se algumas acções, mas elas não estão quantificadas, isto é, quando temos de analisar um documento para prever inclusivamente as amortizações, esta declaração de princípio, em qualquer sítio se dirá sempre isto. Para melhorar a situação financeira, vamos diminuir as despesas, aumentar as receitas. Mas, quanto? Isso é que não sabemos. E depois têm receio, inclusivamente quando se fala das receitas, fala-se de aumentos de taxas. Eu também tenho um certo receio de estar aqui a votar às vezes positivamente documentos e depois ter surpresa de taxas desagradáveis que podem afectar a vida de todos nós. Portanto, gostaria que aqui estivesse quantificado, o que não me parece que esteja. Por outro lado e voltando ao problema que eu já tinha referido ontem dos limites da capacidade de endividamento utilizada, pois como eu disse, enfim, por uma coincidência essa capacidade de endividamento utilizada chega ao seu máximo no ano 2001. E a preocupação é também ser tão elevada, ser 90%. Trata-se de uma coincidência, trata-se de ser

elevado, mas o que é facto é que o próximo executivo camarário vai ficar perante esta situação. É uma capacidade de endividamento utilizada de 90%, o que me permite perguntar e lembrar o seguinte, é que eu penso que a preocupação pelo futuro é a obrigação dos responsáveis do presente e mesmo do curto prazo. Isto é, será que não teremos de nos preocupar agora com alguma redução do investimento para que ele se não faça todo nestes quatro anos e não haja dificuldades de seguir e que depois pessoas, cidadãos, munícipes, possam ficar ver cortadas as suas possibilidades de desenvolvimento nos próximos anos, em virtude dos investimentos que são feitos agora? Isto preocupa-me na tal perspectiva e na minha solidariedade com os mais novos. Preocupa-me esse ponto. Portanto como vê, são aspectos de natureza essencialmente política; o Dr. Rogério Madaíl avançará com os aspectos de natureza técnica."

Vogal Gaspar Albino:

" Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, minhas Senhoras, meus Senhores. Ouvi com muita atenção as palavras do Sr. Presidente da Câmara e por isso mesmo me atrevo só a tecer três considerações.

É consabido, Sr. Presidente da Câmara, que os municípios portugueses são, na Europa, aqueles a quem menos se dá do bolo das receitas do Estado. (Estou de acordo com o nosso companheiro de lides de Assembleia, o Sr. Vogal Salavessa) O Sr. não falou nessa luta, que lhe deve caber em primeira frente, contra o Governo Central, para tentar obter com os seus confrades Presidentes de Câmara deste país, um aumento das receitas que deveriam caber aos municípios. É verdadeiramente uma situação de "capitis deminutio", que muito tem a ver com o centralismo absorvente do governo central. É tudo central. Que se arvorem tutor de todos, até nas receitas que deveriam caber a V. Ex.a, para as saber bem gerir. Somos favoráveis a tudo o que conduza à contenção das despesas, mais bem dito, que as despesas correspondam ao que é saudável para garantir os melhores rácios de produtividade dos serviços municipais, cuja gestão lhe cabe gestão primeira. Mas somos também, como diz o Sr. Vogal Salavessa, muito reticentes quanto ao aumento das receitas através do mecanismo de taxas. E acima de tudo gostaria de lhe pedir Sr. Presidente, que lesse actas de assembleias anteriores, em que a bancada do Partido Socialista tanto lutou (e quanto a mim, bem) pela contenção no aumento de taxas. É um exercício que não lhe fica nada mal; é um exercício que a todos nós aproveita. E repare, eu não estou a dizer que não aumente as taxas, estou a dizer que seja reticente em nome do bem municipal quanto a esse aumento."

Vogal Rogério Madaíl:

" Eu queria começar a minha intervenção por manifestar aqui o nosso empenho e penso que é um empenho de todos em que sejam feitos os maiores investimentos do nosso concelho para a sua valorização, que eles são importantes para o bem estar da população, mas temos que ter sempre em conta as limitações de disponibilidades. E é só aí que poderemos ter algumas diferenças, porque da nossa parte quanto mais se investir melhor, só que temos que ter em conta se há capacidade para o efeito e se não se compromete o futuro.

Também, como partido diferente que somos teríamos com certeza formas de resolver esses assuntos, talvez com uma filosofia que passaria primeiro, por fazer um levantamento correcto, como está, as finanças da Câmara Municipal; definir uma estratégia para o resolver. E só depois disso feito é que deveríamos apresentar um plano de financiamento decorrente de um plano financeiro que decorre de toda a

estratégia definida. Penso que aqui andou-se ao contrário, quer dizer, primeiro pede-se o dinheiro e depois é que vamos fazer o plano de reestruturação. É esta a diferença que nós temos em relação ao que nos foi apresentado.

Relativamente à situação de partida. Havia uma dívida de um milhão e vinte e um mil contos. Em dez de Fevereiro foram identificadas mais um milhão e quinhentos mil. Ora bem, embora compreendemos que estas dívidas têm que ser satisfeitas, elas só têm exigibilidade após a facturação. Portanto, como foi dito aqui no último dia que elas não estavam facturadas, o que quer dizer que não contamos com este um milhão e quinhentos mil porque elas só passam a ter exigibilidade a partir do momento da sua facturação. Pensamos que parte destas dívidas poderiam ser resolvidas por empréstimo a curto prazo. Este empréstimo embora tivesse limitado por um plafôn de cento e vinte seis mil contos, mas penso que isto era uma forma de acolher rapidamente às exigências dos credores da Câmara e que penso que a Câmara teria hipótese de até ao fim do ano liquidar este empréstimo, se tomar medidas de reestruturação financeira.

Eu tive o cuidado de retomar a conta de gerência de 1997, fazer o seu ajustamento para o orçamento e agora a revisão. E chegamos à conclusão interessante que, por exemplo, em termos das despesas correntes, o executivo apresenta-nos um aumento das despesas correntes de dois milhões e quinhentos mil, para dois milhões e novecentos mil contos. Quer dizer, aumenta 14%. Uma proposta que acabou por ser aprovada na última Assembleia e que nos deu um aumento de 14% nas despesas correntes. Era mais interessante que nos tivesse apresentado uma redução nas despesas, porquê? Porque a nível de pessoal, penso que há algumas acções a tomar, nomeadamente nas horas extraordinárias. Vimos de uma situação de setenta mil contos de horas extraordinárias para quarenta e seis mil, aprovado. A nível de bens não duradouros, temos aqui uma coisa que eu sinceramente não entendo - cinquenta e dois mil e cem contos de combustíveis e lubrificantes - temos que ter em conta que os Serviços Municipalizados não estão aqui. Cinquenta e dois mil e cem contos ... há aqui muita coisa a fazer, penso eu.

A nível de consumos de secretaria - vinte mil e quinhentos contos. De outros - oitenta e sete mil e quatrocentos contos.

Eu acho que há aqui muita coisa a fazer para poder reduzir estes custos e que possam de forma a poder libertar meios para poder satisfazer as dívidas que devem ser honradas pela Câmara e que efectivamente nós apoiamos. Mas, quer dizer, eu penso que não é só recorrendo a empréstimos que se faz isto. E eu acho que é a maneira mais fácil de resolver os assuntos.

Em termos de investimentos, penso que também, como eu volto a referir, eu até gostava que em vez dos tais quatro milhões e novecentos mil contos que se vai investir ou que se prevê investir neste ano, fossem para aí quarenta e nove milhões. Só que não há dinheiro para isso. E o que nós encontramos, passamos de 1997 um investimento de um milhão novecentos e noventa e cinco mil contos; passamos para 4,9 milhões. Quer dizer que aumentamos o investimento do ano passado para este ano, segundo a revisão de 146%.

Nós não fazíamos assim. Primeiro, reestrurávamos, depois a seguir íamos pedir o dinheiro emprestado; para socorrer os casos urgentes íamos a um empréstimo a curto prazo. Parece-me que esta era a boa solução, no meu entender. Por isso é que gostávamos de ver aqui medidas a adoptar. E estou convencido que o Executivo tem uma equipa que com certeza, muito brevemente nos vai apresentar essas medidas, mas acho que podiam ter sido apresentadas antes e que nos poriam mais à vontade para poder dar a nossa aprovação de uma forma mais clara.

Quanto ao problema do financiamento do investimento do trezentos e cinquenta mil contos. Segundo o ponto cinco da Lei 1/87, diz que os empréstimos a médio e a longo prazo podem ser contraídos para aplicação de investimentos reprodutivos, etc.. E eu pergunto - quais investimentos? Eu penso que ao nos pedirem um financiamento de trezentos e cinquenta mil contos têm que nos dizer para que investimentos é que são. Não deixando de ter em conta que realmente é preciso talvez conter um pouco os investimentos. Não é que nos estejamos de acordo com eles. É que podemos comprometer no futuro a capacidade de financiamento da autarquia, não só no aspecto em termos legal, que decorre do Decreto-Lei 1/87, mas em termos de efectiva. Porque a Câmara pode não ter hipótese de libertar fundos para poder fazer face a isso e em nenhum sítio eu vejo provado isso. Vai-se pagar - vai-se pagar, como? Quer dizer, que medidas estão a ser tomadas para quando chegar a 2002 termos dinheiro para pagar aquilo tudo. Para o ano ou daqui a dois anos ou ainda este ano? Este ano é fácil, porque este ano pedem o dinheiro, o problema está resolvido.

Por fim, capacidade de financiamento. Portanto, decorre da lei 1/87 - ponto seis, conjugado com o ponto nove - que os empréstimos contraídos para a construção de habitações destinadas a venda, bem como outros, etc., não é aplicado o disposto no n.º 6. Eu a olhar para aqui para este plano, que foi a única coisa que nos apresentaram, as operações financeiras a médio e longo prazo em curso, vejo que estão aqui retirados os fogos de Santiago. Eu não sei se estes fogos foram vendidos, quer dizer, efectivamente os empréstimos não entram se os fogos não tiverem sido vendidos, mas se os fogos tiverem sido vendidos, cuidado. Se tiverem sido vendidos, então já deixa de entrar. Eu penso que estão aqui juristas que penso que podem de certeza com muito mais acuidade do que eu verificar que pode-se entrar aqui numa situação que não corresponde à aplicação correcta da lei. Portanto, tudo bem, podemos retirar se eles não tiverem sido vendidos. Presumo que sejam vendidos.

Surge-me aqui outra dúvida: é que não diz aqui nada que são empréstimos para aluguer. Essa é uma dúvida, a outra é uma questão que eu ponho muito a sério.

E eu penso que por agora são as questões que mais me afligiam e que gostaria que me dessem resposta porque estamos todos tão empenhados como o Sr. Presidente de resolver os problemas desta Câmara e conte com o nosso apoio, mas não comprometa o futuro. Quer dizer, embora a gente tivesse outra maneira de resolver, mas cada um tem a sua maneira, por isso é que há vários partidos, cada um com os seus projectos.”

Vogal Henrique Diz:

" Sr. Presidente, vou procurar ser breve, até porque deixo para doutos precisos nesta sala, os aspectos de carácter mais técnico. Já ouvimos um e teremos agora um segundo não menos brilhante certamente, temos o prazer de trabalhar em conjunto e gostaria de começar por lamentar, que para além do Sr. Presidente da Câmara, um colega meu de bancada também contribua para o branqueamento da gestão anterior da Câmara. Porque já não é só o Sr. Presidente da Câmara que divide por mil a dívida que nós temos. O meu colega Rogério Madaíl também divide. Mas enfim, eu penso que nós nos entenderemos sobre essa matéria.

Depois, gostaria de comentar que foi muito claro na declaração de voto e na discussão de ontem da bancada do PSD, que o ter contribuído para a viabilização da revisão proposta não impedia esta bancada de pôr em causa a discussão dos pontos

seguintes, mesmo que isso signifique que venha a haver alguma alteração da revisão proposta. E portanto, eu gostaria de chamar à atenção dos Srs. Deputados de que em democracia é assim, as regras são assim, todos nós temos os mesmos direitos. E, apesar da maioria que está na Câmara ter todo o direito de governar, a oposição tem felizmente o direito de contestar a governação. É para isso que estamos aqui, só seremos oposição se o fizermos como as pessoas que anteriormente foram oposição e que hoje são governo, aos diversos níveis, fizeram exactamente da mesma maneira numa altura em que achavam que tinham todo o direito. Nós também o mantemos.

Segunda questão, eu devo dizer ao Sr. Presidente da Câmara, que o nível de detalhe da informação prestada pela Câmara para a resolução de assuntos complicados, não é o adequado ao esclarecimento cabal das diversas situações. Por exemplo, o Sr. Presidente da Câmara está, como todos nós estamos, preocupado em diminuir as despesas; está preocupado em aumentar as receitas, mas nós gostaríamos de ter informação mais detalhada sobre a forma como o pretende fazer. Gostaríamos de ter informação detalhada sobre as medidas de carácter económico que eventualmente nos venha a propor e sobre as medidas de carácter financeiro. Aliás, Sr. Presidente, eu até para ficar mais tranquilo gostaria de ter uma coisa tão simples e corriqueira como era, um plano de tesouraria para o ano de 1998. Tendo dito isto, devo dizer-lhe que eu tenho certamente a mesma preocupação que o Sr. Presidente tem, em garantir a credibilidade da Câmara e nomeadamente, tenho a preocupação de garantir que nenhum fornecedor, seja ele de materiais, seja ele de serviços, tenha dificuldades em fornecer a Câmara, porque a Câmara tem prazos de pagamento tão longos como aqueles que o Sr. Presidente mencionou. Podem dizer-me que é norma no Estado, que assim seja, todos estamos habituados. A verdade é que nós temos garantidamente fornecedores muito pequenos, com reduzida capacidade financeira e para cuja preocupação nós estamos a contribuir de forma muito importante. Mas tendo dito isto, também gostaria que o Sr. Presidente nos tivesse falado acerca da análise correcta dos fornecimentos e serviços de terceiros para a Câmara. Porque se estamos a falar do erário público, do rigor com que devem ser geridos os dinheiros públicos, devemos falar também do rigor como são tratados todos os serviços que são fornecidos à Câmara. E não indo tão longe como o Sr. Deputado António Salavessa, não posso no entanto deixar de achar estranho, que aqui não haja uma menção clara à necessidade de análise e possível revisão da forma como a Câmara tem estado a ser servida.

Quarto e penúltimo ponto - a questão dos investimentos. Sr. Presidente, eu espero que o Sr. não faça como algumas famílias menos avisadas que, dispondo de vários cartões de crédito que são neste momento oferecidos pelas entidades bancárias, os utilizam de tal forma que um dia perante uma situação inesperada não tenham a que recorrer. Os mapas que nos foram apresentados não deixam de ser preocupantes sobre esse ponto de vista. Gostaria por isso mesmo, que o Sr. Presidente fosse explícito quando se refere ao empréstimo de trezentos e cinquenta para financiamentos de investimentos.

E por último, a relação com o Poder Central. Ainda ontem soubemos que temos todas as vantagens (o Sr. Salavessa peço desculpa, não sabe porque não estava presente) em Aveiro, pelas magníficas relações entre nós e o Poder Central. Ministro neste momento em Aveiro até atrapalha quando nós passamos na Avenida. Mas o que eu gostaria de saber, Sr. Presidente, é o que é que o município que o Sr. Presidente preside tenciona fazer no que respeita às transferências do Orçamento do Estado da responsabilidade do Poder Central, para a responsabilidade do município.”

Pelas 21:00 horas o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para jantar.

2ª PARTE

Pelas 22:15 horas foram retomados os trabalhos, sob a Presidência do Presidente Carlos Manuel Natividade da Costa Candal e Secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal António Sousa Dinis Correia, como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroteia, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diniz Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos vogais: Libério da Silva Santos, João Pedro Simões Dias, Estevão de Sousa Rosas, Manuel Simões Madaíl, Manuel Branco Pontes e Élio Manuel Delgado da Maia.

Retomados os trabalhos usaram da palavra os seguintes Vogais:

Vogal Jorge Nascimento:

" Sr. Presidente vem a esta Assembleia a autorização de um pedido de financiamento pela Câmara Municipal.

O Sr. Dr. Neto Brandão, aludiu a que nunca inviabilizou e é nosso propósito também nunca inviabilizar empréstimos, desde que feitos na legalidade e segundo uma opção que nos pareça válida. Ontem discordámos em muito do que constava da revisão do orçamento, mas não discordámos seguramente naquilo que respeitava ao saneamento financeiro. As nossas discordâncias foram mais num sentido da retirada da verba de umas rubricas para outras, mas nunca quanto ao saneamento financeiro. Hoje o empréstimo vem na decorrência daquilo que ontem aqui foi viabilizado também com a nossa abstenção e hoje devo já declarar que não temos reбуço nenhum em votar a favor. Pode o Sr. Presidente da Câmara estar seguro de que não será pela nossa parte que deixará de satisfazer, se para isso tiver e esperamos que tenha imaginação e criatividade, os interesses dos munícipes aveirenses.

E sobre a questão do empréstimo, é esta a nossa posição.

Fizeram-se aqui algumas alusões nesta questão do financiamento, à eventual ruínosa gestão a propósito do empréstimo. Que façam todas as Câmaras, esta e as que sobrevierem, os empréstimos que entenderem quando for para investir na cidade. Nós não pensamos que as Câmaras devam ter o tesouro aferrolhado e deixar os munícipes a ar e vento e sombra de paredes. E cremos que sem financiamento e sem meios isso não é possível. Portanto, nessa linha estamos a favor. Preocupar-nos-emos sempre, é evidente, com critérios de legalidade, tendo em vista a capacidade financeira que a Câmara tenha para solver os seus compromissos. Anoto pelo mapa

que nos foi fornecido pela Câmara para justificar a bondade ou a legalidade do pedido que neste momento a Câmara tem ainda libertados 53% da sua capacidade de se endividar. Com os empréstimos existentes progredirá até 90% em 2001, mas depois vem o abaixamento. Portanto, como está dentro da legalidade nós estaremos a favor."

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais: Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Álvaro Patrício do Bem.

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Em termos sucintos é também mais uma intervenção de natureza política do que técnica, porque inclusive temos aqui também na nossa bancada o nosso técnico especialista inscrito de seguida. Só para duas brevíssimas palavras para não fazer perder muito tempo. De algum modo para lembrar que, todas as taxas passam necessariamente por esta Assembleia e que para lá da razoabilidade que necessariamente o Sr. Presidente da Câmara e todo o Executivo terá em qualquer proposta que apresente sobre essa questão, sempre seremos nós a aprovar. Portanto, todos os deputados municipais podem estar, obviamente, descansados em relação a isso. Aliás, aqui lembraria a mesma tese do deputado que está inscrito a seguir a mim, a propósito de um outro assunto, isto é, se fosse possível ou se pensável, que a Câmara trouxesse aqui uma proposta de taxas injustas ou que viessem sobrecarregar os munícipes em termos não aceitáveis, isso seria qualquer coisa, (pelo menos eleitoralmente a bancada do PPD/PSD subscreveriam com certeza) porque a seguir perdia a Câmara. Com certeza não fará isso.

Como disse o Sr. Presidente da Mesa e com todo o respeito pelos intervenientes anteriores, as finanças privadas e as finanças públicas são coisas muito diferentes. E de facto, as finanças públicas são muito complicadas e as finanças autárquicas ainda mais, por necessitarem designadamente, de pedir empréstimos em situações como estas. Em matéria de finanças públicas, eu julgo merecer alguma credibilidade nesse aspecto. Sei de saber sabido, como é que se contratam os técnicos do Banco Europeu de Investimos. Nessa medida, eu confio que uma pessoa que tem currículo no Banco Europeu de Investimentos saiba o que está a fazer e pretenda, efectivamente, assegurar não só o interesse público de Aveiro, mas já agora também prosaicamente a sua reeleição.

Logicamente, acredito que relativamente a este mapa que nos é apresentado, o prognóstico que aqui está seja até o mais negativo possível. Porque já se viu aqui que é postura (pelo menos nas intervenções que têm sido feitas até agora da presença da Câmara), a honestidade e o apresentar nesta Assembleia o panorama mais negativo na certeza de poder conseguir um mais positivo. E por isso mesmo, não creio que seja necessário e aliás, acredito que fosse displicente pedir a um Presidente da Câmara que nestas circunstâncias, explicasse ao pormenor tudo quanto pode efectivamente negociar para que a situação não atinja sequer os 90% que ali estão referidos.

Eu votarei, obviamente, a favor."

Vogal Britaldo Rodrigues:

"Referiu-se aqui a ideia de eleições e de que o PSD vai perder. Eu acho que isso compete ao eleitorado e acho que é de facto de mau gosto dizer-se que adversários políticos vão perder. Eu não me importo de dizer que vamos ganhar, agora dizer que os outros vão perder, acho que é desagradável. E de facto, eu devo dizer que a

propósito disso, veio a fundamentação com que eu não concordo. A fundamentação de que o facto de existirem pessoas nesta Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara que aparentemente foi um técnico que passou pelo BEI, não sei o que é que ele lá ficou a fazer, mas que traz experiência do BEI, e isso lhe dá grande autoridade a nível de finanças públicas, tenho as minhas dúvidas. Porquê? Porque eu de finanças públicas portuguesas, tenho dúvidas. Porque muito simplesmente conheço algumas regras da gestão financeira pública, já fui director geral, já fui presidente de instituições públicas; tenho aqui à minha esquerda duas pessoas que também tiveram responsabilidades a nível de gestão de dinheiros do estado e sabemos rigorosamente uma despesa sem cabimentação é irregular. E ontem disse-se aqui que não era. Portanto, tenho dúvidas acerca da competência de quem diz que não é irregular proceder a despesas sem cabimentação e depois tenta-se branquear a situação aqui.”

Vogal Henrique Diz:

“É se por acaso na proposta de pedido de empréstimo que a Câmara nos apresentou, está mencionado o BEI. É que eu não tinha visto.”

Vogal Raúl Martins:

“ O pedido que a Câmara nos faz para a autorização de um empréstimo volumoso, eu gostaria de dizer que vou votar favoravelmente e acho que todos devem votar favoravelmente, por várias ordens de razões.

Primeira razão: Necessidade. É óbvio que existe uma necessidade absoluta de ser obtido este empréstimo. É uma vergonha que a situação da Câmara esteja como está. Mas, essa necessidade é sentida, muito sentida. Hoje a Câmara não nos brindou nem sequer com uma sopa; já não há dinheiro nem para a sopa. Eu estou quase para dizer: Volta Celso Santos, estás perdoado! Ele deixou efectivamente uma dívida de cinco milhões e tal de contos, mas ao menos dava-nos uns rojõezitos e tal

O segundo aspecto, é o aspecto de legalidade. E eu como toda a gente sabe, sou nestas coisas das finanças públicas, o legalista, e disseram que o Sr. Presidente da Câmara foi um homem do BEI, mas não é essa a principal razão que lhe dá alguma autoridade nas finanças públicas. É que foi aluno directo do Sr. Professor Sousa Franco, por acaso escreveu aquele que ainda é obra, a grande obra das finanças públicas portuguesas, que é o manual de finanças públicas e direito financeiro dos manuais da Faculdade de Direito de Lisboa, que também V. Ex.a(s) consultam sempre que há alguma dúvida importante.

Mas, como eu estava a dizer, neste caso não me preocupa a legalidade. E explicarei porque é que não preocupa a legalidade: é que este empréstimo não pode ser contraído sem o visto prévio do Tribunal de Contas. E o Tribunal de Contas é o órgão neste País que tem a autoridade máxima para aferir da legalidade ou não da constituição do empréstimo. Isto é, nós no prazo de trinta dias temos a certeza absoluta se este empréstimo é ou não legal, quer o nosso parecer seja legal, quer não seja legal. Aqui existe um juiz máximo, que é o Tribunal de Contas, e que tem previamente à constituição do empréstimo de se pronunciar. E vai-se certamente pronunciar, porque se não se pronunciar nos trinta dias está tacitamente dado o visto.

A terceira questão é uma questão de custo. De facto, louvo (e nestas coisas também costumo ser muito rigoroso) a Câmara pela taxa que conseguiu encontrar para este empréstimo. Um spread de 0,025% é um spread óptimo. Não vamos falar da taxa Lisbor, que essa é variável, só temos que falar no spread que é aquilo que é negociado pela banca. E este empréstimo está a ser negociado a uma taxa cinco

vezes inferior em termos de spread ao último empréstimo que foi negociado. O spread do último empréstimo, que foi um empréstimo de seiscentos mil contos, que eu aqui aprovei também (e que aliás até ajudei a Câmara que na altura ele foi muito mal apresentadinho, a apresentá-lo bem para que fosse defendido), tinha um spread de 0,145, o que é infinitamente superior nestas coisas de taxas de juro ou àquele que nos é agora proposto e tendo esta vantagem de ainda poder ser escolhida para ajustamento a taxa Lisbor, que pode ser a escolha entre a taxa a três meses ou a seis meses, o que permite ainda algumas centésimas de juro, o que são importantes.

Cumprimento de política. Não se pode cercear um Executivo de cumprir a sua política. Não é eticamente correcto. Foi eleito. Foi eleito, deve governar. É um aspecto fundamental e que obviamente, quem assim não fizer não está a agir democraticamente.

Coerência política. Porquê coerência política? Não podemos desdizer hoje aquilo que dissemos ainda há dias atrás. Querem que vos leia? Eu leio: «E agora como entendemos que é importante e a Assembleia também o entendeu, porque não houve votos contra (que era importante fazer essas obras - estava-se a falar na revisão orçamental), eu não posso pagar do meu bolso. Tenho de ir buscar o dinheiro a algum lado. Portanto, penso que a única forma é o empréstimo. O empréstimo é para isso e penso que a Câmara não ficará nem as Câmaras vindouras ficarão ficaram tão endividadas com este empréstimo, porque ele vai ter efeitos na população e efeitos benéficos e eu penso que com isso todos nós ganhamos. - Vinte e um votos a favor, três abstenções.»

E por acaso também temos algumas declarações, por exemplo, foi a primeira vez que eu vi nesta Assembleia duas pessoas tão díspares politicamente como o Sr. António Salavessa e o Sr. Dr. Nuno Tavares. O Vogal António Salavessa disse na altura: " Enquanto havia razões suficientes para me levar ao voto contra, a abstenção que acabei por assumir deve-se apenas aos objectivos sociais que foram aduzidos por a justificação do destino deste empréstimo"; e o Vogal Nuno Tavares, disse: " Votei a favor, afirmando em termos de declaração de voto o que acabou de ser dito pelo nosso colega Sr. Salavessa".

Portanto, só para terminar, quem achar que a Câmara não deve pagar a quem deve, quem achar que Aveiro não pode avançar para um novo estado de desenvolvimento e esse novo estado de desenvolvimento exige dinheiro, que aqui assuma o voto negativo e obviamente assumo o ónus negativo político de tal facto."

Vogal Britaldo Rodrigues:

"Sr. Presidente eu gostaria só de um esclarecimento muito curto. Era só o seguinte: é que eu há pouco pedi uma intervenção, depois de uma intervenção de um membro do Partido Socialista, mas atenção! Eu não pus em causa minimamente, a legalidade deste empréstimo. Quem chamou o assunto à baila não fui, chamou-se experiência de pessoas que estiveram no BEI e que portanto tudo era legal. Não fui eu que chamei isso à atenção. A única coisa que eu referi foi da experiência das finanças públicas.

Se esta bancada votar a favor desta proposta, fá-lo em consciência e não faz por qualquer tentativa de pressão, no sentido de se dizer que não tem outra solução, porque senão cai em desastres. Nós se o fizermos é porque temos consciência que devemos fazer e não precisamos deste tipo de pressão que até é contraproducente em termos de democracia."

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Diogo Manuel Santos Soares Machado e Luís Miguel Capão Filipe.

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, há muitos anos que estou aqui nesta Assembleia e aqueles que têm estado aqui comigo sabem que sempre que havia dívidas a fornecedores, eu era o primeiro a insurgir-me contra os atrasos no pagamento desses fornecedores. Logo, estou à vontade para dizer: Aprove-se o empréstimo porque é necessário pagar aos fornecedores. Antes de mais e a correr, pagar a quem neste momento tem em risco a sobrevivência das suas empresas por não ter recebido atempadamente da Câmara. Sempre disse isto, repito aqui agora.

Mas, deixe-me dizer-lhe Sr. Presidente. Este empréstimo que é necessário para pagar aos fornecedores, tem uma componente em investimento que o Sr. Presidente da Câmara fará o favor de nos explicar antes da votação, a que é que se destina. E deixe-me dizer-lhe: a triste sina das juntas de freguesia, que apesar do aumento fortíssimo do investimento, apesar deste empréstimo, vê reduzidas as transferências para as juntas de freguesia no presente ano em 61,74%. Ó Sr. Presidente, triste sina a nossa. Quando muitas vezes me perguntam, quando eu entro ali naquela casa, que é de todos nós, o que é que eu vou fazer, eu costumo responder: Uma vez mais vou de mão estendida à caridade. Porque não está dignificada a função das Juntas de Freguesia e dos seus Presidentes. Ainda haverá de ser feita. Mas, como disse, há aqui uma aparente contradição: aumenta o investimento; há um reforço significativo dos meios disponíveis e há uma diminuição nas transferências financeiras para as juntas de freguesia. O Sr. Presidente pode analisar que chegará facilmente a essa conclusão. O que significa? Maior centralismo do Executivo, procurando colmatar essa diminuição com iniciativas próprias, nas costas das juntas, à margem delas, de acordo com elas, mas controladas pela Câmara? Ou significa uma outra coisa que também nos entristece que é uma maior concentração do investimento na cidade?

Depois, Sr. Presidente, também me preocupa o facto de chegarmos ao linear do novo executivo municipal que há-de vir, nos fins de 2001 e constatar que a Câmara tem a sua capacidade de endividamento completamente tapada. E isto não traz nada de bom para o futuro. Porque então é fácil, estamos a remeter para os vindouros as despesas, isto é, estamos a antecipar receitas e quem vier atrás que feche a porta, quem vier atrás que pague.

Ainda uma outra nota, para me referir aqui à intervenção do Dr. Jorge Nascimento, que ouvi com agrado, por se referir que votavam a favor devido a tratar-se de saneamento financeiro. Eu regozijo-me com esta proposta, com esta postura, porque eu que tantas vezes que trouxe à Assembleia Municipal a questão das dívidas aos fornecedores, sempre ouvi ou não ouvi, mas sempre verifiquei da parte da bancada do PP, tantas vezes quantas eu apresentei ao Sr. Presidente da Câmara aqui em público - Sr. Presidente, obtenha, proponha a concessão de um empréstimo para colmatar as dívidas aos fornecedores. Nós do PSD votamos a favor. Sempre ouvimos da parte da bancada do PP, o silêncio.

Sr. Presidente, só uma achega a propósito de uma citação que foi feita aqui por o Dr. Raúl Martins e muito bem, que apesar deste crescimento de investimento dos empréstimos, dos muitos milhões de contos, lamento que a Câmara não tenha oferecido o jantar a esta Assembleia."

Entretanto deu entrada na sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa.

Vogal Rogério Madaíl:

" Eu primeiro queria traçar aqui três questões. Duas, com as quais eu estou completamente de acordo com o meu amigo e colega, Raúl Martins. O spread não é bom, é ótimo. Mas, também sabes, como eu, que o spread é feito em função do risco. E o risco neste empréstimo é zero. Porquê? Porque estão dadas como garantias as receitas do F.E.F. . Portanto, é normal que seja dada assim, até porque isto foi aberto um concurso e como não existe qualquer risco, evidentemente que os bancos dão umas condições que não podem dar a mais ninguém. O que não impede que efectivamente, que seja retirado qualquer mérito ao Sr. Presidente da Câmara. Mas o risco é zero.

O segundo aspecto também que eu estou completamente de acordo, é que a Câmara deve pagar o que deve, e a Câmara deve dar exemplo como pessoa de bem que é e como tal deve liquidar os seus compromissos, mesmo que eles resultem de compromissos assumidos por anteriores executivos. Completamente de acordo.

Agora, vem um que não estou assim tanto. Não me preocupa a legalidade. Se não nos fosse pedida a nossa opinião, então o que é que estamos aqui a fazer? Evidentemente que eu sei que o Tribunal de Contas vai-se pronunciar sobre isso, mas acho que nós temos o dever de transmitir as nossas preocupações. Nossas preocupações de uma eventual interpretação, que possa criar algum inconveniente no futuro e as nossas sugestões, dizendo que nós tomaríamos outras acções que não seriam estas, mas que em muitos casos eram iguais, mas poderíamos ter e teríamos outras opções e por isso é que temos opções políticas diferentes, mas nestes dois casos primeiros que falei, estamos completamente de acordo."

Vogal Raúl Martins:

" É só para aclarar duas coisas. Primeiro: o F.E.F. , consideração das verbas do F.E.F. nos termos da lei.

Segundo: visto do Tribunal de Contas, todos os documentos têm de ter, simplesmente este é prévio. É por isso que eu estou descansado contra a legalidade."

Presidente da Câmara:

" De facto, foram apresentadas várias observações, algumas sem dúvida pertinentes. Vou tentar agrupar porque de facto, algumas repetiram-se de diferentes bancadas.

Desde logo, a questão do aumento das taxas. É uma questão que não está na ordem de trabalhos hoje. Eu em consciência, achei que devia falar nisso porque naturalmente é uma das componentes do aumento da receita e a Câmara para ser saneada financeiramente a sério, penso que terá que ter taxas ajustadas aos dias de hoje. Não só elas já não são utilizadas há oito anos, como o próprio sistema de cálculo das taxas está desadaptado e é pouco flexível. Mas evidentemente, isto já foi aqui repetido, convém lembrá-lo (a Dr.^a Virgínia lembrou-o também), a Câmara tem que aprovar essa proposta, tem que a submeter a inquérito público e tem que a trazer à Assembleia e vamos, dentro dos vários cenários e das projecções financeiras que o aumento das taxas trazer, escolher uma que cause a menor perturbação possível. E não gostava de dizer mais nada sobre isto, porque vamos ter de facto, a oportunidade de discutir isto profundamente, como o assunto merece.

Carvoeiro e SUMA, outra questão que foi levantada. Como lembrou o Eng.º Cruz Tavares e bem, o sector das águas é o sector que neste momento dá lucro e que ajuda

justamente a cobrir o défice dos transportes. E a nossa participação no sistema de águas do Carvoeiro, é uma participação que temos todo o interesse em manter porque as nossas reservas por enquanto são boas, mas o futuro aconselha a que continuemos a estar representados na Associação de Municípios do Carvoeiro.

Já em relação à SUMA, citou e bem um parecer jurídico a que teve acesso, creio que pelas actas da Câmara, o que prova que temos uma Câmara transparente. De facto, recebemos na Câmara um parecer em que foi por nós solicitado, porque surgiram dúvidas quanto à legalidade do destacamento de funcionários da Câmara junto da SUMA. E o parecer que recebemos foi no sentido de que esse destacamento era ilegal. Além disso, também não quero escondê-lo (e o Sr. Salavessa é que disse mesmo), não obstante pensar que tem sido patente aos olhos de toda a gente a melhoria do serviço que tem sido prestado pela empresa na limpeza e recolha dos lixos. A situação melhorou substancialmente desde que a empresa tem esse serviço, a verdade é que também temos sido confrontados com o aumento da factura que nos preocupa seriamente e que nos leva neste momento, a ter que estudar a prestação de serviços e não concessão. A prestação de serviços que é feita com essa empresa vai ter que ser reequacionada na dupla vertente económica e jurídica, porque de facto as duas componentes têm que ser reavaliadas. A situação actual não nos satisfaz, estamos a acompanhá-la com preocupação.

Depois houve várias referências à nova Lei das Finanças Locais, é uma referência de cariz político e perspectivo. Eu vou aguardar serenamente para conhecer o Projecto-Lei das novas receitas das autarquias e, portanto, penso que é prematuro estarmos aqui a falar sobre isso. Evidentemente que queremos mais dinheiro e esperamos que a perspectiva seja essa. Ouve-se falar em várias coisas, no fundo coesão municipal, numa substituição do F.E.F.. O facto de existir um fundo de coesão municipal quer dizer que os municípios mais débeis vão receber dos municípios mais ricos, mas não quer dizer outro fundo que vem substituir o F.E.F., Aveiro não venha a receber mais, sendo certo que as receitas municipais virão a ser, se bem li nos jornais, atribuídas directamente em função da percentagem dos impostos directos que são cobrados na região e aí temos muito mais a ganhar, seguramente. Portanto, isso é uma análise que deverá ser feita depois de conhecer os dados da questão e acho que é precipitado agora afirmar que vamos receber mais ou menos.

A preocupação que foi expressa de estarmos a comprometer as gerações vindouras, não propriamente as gerações, mas as governações vindouras, pelo facto de em 2001 estarmos a 90% da nossa capacidade de endividamento, eu acho que essa preocupação pode-se afastar e pode-se mais afastar se aprovarem hoje o empréstimo. Eu explico porquê. É que o limite para a capacidade de endividamento, um dos critérios para limite são 20% do investimento feito no ano anterior.

Por isso o retrato que agora se faz desta situação, é um retrato que é evolutivo pela própria definição dos critérios que são tomados na lei para definir a capacidade de endividamento e penso que podemos estar descansados porque se nós conseguirmos pôr a cidade a mexer e portanto, cobrar mais taxas, se as taxas forem aumentadas e portanto, as receitas forem maiores; se conseguirmos investir vamos ter receitas para pagar as nossas dívidas e sendo assim se calhar nem vai ser preciso pedir muito mais empréstimo. Mas, portanto, podemos estar descansados, creio eu.

Depois, gostei muito de ouvir a bancada do PSD a três vezes dizer que devemos pagar aos fornecedores todos e já, e aos empreiteiros, mas isso desarma o Dr. Rogério Madaíl quando disse na primeira parte que se calhar devíamos optar só por fazer um empréstimo de curto prazo de cento e vinte seis mil contos que é o limite que a lei dá para sanear a tesouraria. É evidente que não chega para pagar. Sr. Dr. é

cento e vinte seis mil contos não dá para pagar o que devemos a vários dos credores a quem devemos mais do que isso. Pagávamos a um dos credores e ficavam os outros todos que são centenas à espera. Não penso que seja uma solução. O Sr. Dr. disse isto, se bem me recordo, no contexto de recordar que haviam de facto facturas que eram de 1998 e que só agora é que começavam a contar. Como ontem penso que ficou explicado. Algumas das facturas que foram emitidas e entregues na Câmara apenas em 1998, correspondem a obras efectivamente feitas em 1997 e até 1996 e mesmo que assim não fosse, a realidade que nós temos em termos contabilísticos, na Câmara, é que temos todas elas já vencidas, ou seja, estamos a devê-las todas, umas a trinta dias, outras a sessenta, outras a três meses, seis, um ano. A verdade é que o grosso da coluna de facto, corresponde a facturas provenientes de obras e, portanto, de encargos assumidos pelos empreiteiros e pelos fornecedores no ano passado ou até antes disso.

O aumento das despesas correntes em quatrocentos mil contos, tenho algumas dúvidas. Não consegui descobrir esses valor, porque no mapa síntese que eu aqui tenho, as despesas correntes aumentam, ao menos, no total, cento e cinquenta e oito mil contos. E portanto, tenho alguma dificuldade, admito que tenha feito outros cálculos, mas pelo mapa síntese que aqui tenho, se eu somar todas as variações ao orçamento de 1998 que estava previsto no quadro das despesas correntes, eu só atinjo cento e cinquenta e oito mil contos. Admito que haja aqui uma diferença de critérios que podemos conversar depois."

Vogal Rogério Madaíl:

"Eu reporteii tudo. É 1997, 1998 revisto. Foi essa a relação que eu fiz, de 1997 para 1998. Porque é a passagem de um ano para o outro."

Presidente da Câmara:

"Os critérios tinham que ser outros. Quanto à identificação dos investimentos que queremos fazer com os trezentos e cinquenta mil contos, que também foi uma questão recorrente apresentada por várias bancadas. Eu gostava de colocar isto assim: eu penso que eles ficaram devidamente identificadas ontem. Ontem quando aprovamos a alteração ao Plano e Orçamento foram devidamente identificadas e exaustivamente identificadas todos os investimentos que vamos fazer. Não podemos fazer nenhum que não esteja ali discriminado e gostávamos de ter flexibilidade de utilizar os trezentos e cinquenta mil contos para ir distribuindo as verbas, por esses investimentos. Aliás, no respeito de um princípio orçamental, que é o princípio da não consignação. A receita não deve ficar afectada a uma despesa. Portanto, eu penso que estão suficientemente identificadas e isto permite-nos obviamente, não utilizar os trezentos e cinquenta mil só para o investimento de uma vez, mas ir aplicando em função do ritmo próprio das obras e dos investimentos que temos que fazer.

Uma outra observação que foi feita, creio que pelo Sr. Professor Henrique Diz, sobre o exercício crítico que deveria ser feito aos fornecimentos e aos serviços prestados. Eu não posso não subscrevê-lo. Eu acho que é uma das áreas (e estamos a fazer esse esforço) e um dos serviços da Câmara, que a organização da Câmara tem que melhorar muitíssimo é na fiscalização das obras que adjudica, no controlo de qualidade dos serviços que presta e isso infelizmente, nesse sector o panorama é muito frágil. Nós somos confrontados sucessivamente com obras a mais, muito próximo sempre dos limites legais; somos confrontados por obras que estão concluídas e que depois um ano ou dois tem de se recomeçar porque têm deficiências. Estamos de facto, insatisfeitos com a fiscalização e com a nossa própria capacidade

para controlar a qualidade dos serviços que pagamos. Enfim, é um trabalho para fazer no futuro.

E finalmente, uma observação que foi feita pelo Sr. Armando Vieira e que eu também mais uma vez, ou os critérios foram diferentes ou então os seus números não estarão certos ou os meus. Porque, eu tenho aqui transferências para as freguesias cento e cinquenta mil contos no orçamento de 1998, variação zero. Ou seja, mantenho os cento e cinquenta mil contos. Isto nas despesas correntes; nas despesas de capital - idem, idem, aspas, aspas. Transferências para as freguesias cento e trinta mil contos, variação zero - mantêm-se os cento e trinta mil contos. Portanto não vejo como é que chegou a essas conclusões, mas admito que tenha qualquer outra base de cálculo para ter chegado a elas."

Vogal Rogério Madaíl:

"Sr. Presidente, eu unicamente queria esclarecer o seguinte: eu não disse que o problema se resolvia com um empréstimo a curto prazo. Eu disse que se resolvia numa primeira fase, mas que um empréstimo a médio e longo prazo deveria ser formulado após a elaboração de um plano financeiro de recuperação e tive o cuidado de dizer que aquele valor não conseguia resolver esse problema. O que eu disse é que, impunha-se fazer e com o tempo que decorreu até agora, um plano financeiro de recuperação com medidas definidas e integrar nesse plano o empréstimo a médio e longo prazo para poder cobrir as dificuldades de tesouraria que poderia ser inferior em face de outras medidas que se possam tomar e não tomaram.

Segundo, em minha opinião, quando se faz um relacionamento de um orçamento ou de uma revisão, devemos sempre compará-lo com o ano precedente e não com o que foi feito. Esta é a minha opinião, quer dizer, comparar o que é que se gastou no ano anterior e o que é que se gastou neste ano, porque não podemos ignorar que já foi feito um orçamento. Portanto, esta revisão veio a corrigir o outro. Daí que nós tenhamos a tal diferença de números, porque eu estou a reportá-los ao ano anterior."

Vogal Henrique Diz:

"Sr. Presidente, eu queria apenas chamar à atenção do Sr. Presidente da Câmara, quando nós falamos de hipotecar as gerações futuras, é a isso que nos referimos. O meu calendário, não é o calendário eleitoral, Sr. Presidente; o meu calendário é o calendário das pessoas que eu contribuo neste momento para educar e que hão-de vir a assegurar o futuro do país em que vivemos. Essa é a minha preocupação."

Vogal Britaldo Rodrigues.

"Querida referir ao Sr. Presidente da Câmara que penso que terá havido alguma incoerência em certos aspectos da sua exposição. É que primeiro afirma que a situação financeira da Câmara é desastrosa e conclui-se da necessidade de atingir um elevado nível de endividamento. Mas depois, veio nos dizer que quanto maior for o investimento, maior será a capacidade de endividamento. Trata-se de um ciclo vicioso porque para investir é preciso ter dinheiro, se é preciso dinheiro temos que ter empréstimos, salvo se houver um significativo acréscimo de receitas. Mas como no documento que nos apresentou não quantifica essa situação, quais são as receitas que vão de facto ser obtidas? Permite-me de facto, continuar com dúvidas porque não estão quantificadas. E portanto, permite-me também continuar preocupado com o que sucederá a partir do ano 2002 e anos seguintes. Porquê? Porque nós já verificámos que na passagem do Executivo da responsabilidade de PP para o PS, surgiram

situações complicadas e que exigiram um endividamento grande. Mas eu também já ouvi ontem uma afirmação que haveria que lançar algumas obras no ano de 1998 que poderão vir a ser pagas em 1999. Portanto, eu tenho receio que possa suceder uma situação dessas, numa transição de 2001 para 2002. E nessa altura já não se pode ir pedir dinheiro a ninguém, eventualmente. Portanto, essa preocupação é no sentido de que de facto, tanto quanto eu sinto da perspectiva desta bancada, é votarmos favoravelmente, mas dizermos também claramente aos aveirenses que vamos ficar bem atentos para impedir que se verifiquem dispêndios de verbas que ponham em causa o desenvolvimento futuro e harmónico da nossa cidade. Trata-se de exprimir também a nossa solidariedade sobretudo com os mais jovens."

Vogal Armando Vieira:

" De uma forma o Dr. Rogério Madaíl já disse o que queria dizer a propósito da diminuição do investimento. Efectivamente, tem a ver com uma comparação com as transferências efectuadas no ano de 1997, Sr. Presidente, e como vê resulta numa diminuição de duzentos e nove mil contos, por comparação com aquilo que foi transferido em 1997 para as freguesias, o que é para nós um motivo de tristeza."

Vogal António Salavessa:

" Se outra razão não houvesse, eu teria ficado muito contente com esta Sessão da Assembleia Municipal, pela simples razão da Câmara se ter comprometido aqui publicamente, a avaliar os termos do contrato com o consórcio Mota e Companhia e de ver da utilidade desse contrato em relação aos interesses do município.

Em relação a outras questões colocadas pelo Sr. Presidente telegráficamente.

Taxas: não é verdade que as taxas não sejam mexidas desde há oito anos. Houve taxas que foram mexidas, nomeadamente a taxa de ligação e de exploração de saneamento e houve taxas criadas, nomeadamente a taxa dos parómetros e outras que agora eventualmente não me lembro.

Segunda questão, a água dá lucro. Nós temos nesta ordem de trabalhos o ponto específico da discussão do Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados. Temos tempo para voltar a este assunto. Mas entretanto, queria deixar a seguinte nota: não se pode comparar, por exemplo, os custos do ano passado com aqueles que serão os custos deste ano, porque o Carvoeiro só esteve em regime de exploração plena no segundo semestre e este ano já vai ser o ano todo. Quer dizer, nós vamos ter que pagar aproximadamente o dobro de água à empresa concessionária do Carvoeiro e que é mesmo concessionária, do que aquilo que se pagou no ano passado.

Receitas municipais, Lei das Finanças Locais: penso que neste processo que está a decorrer dado que a lei, salvo erro, já foi apresentada na Assembleia da República, na evidência de se estar perante um período de discussão pública, penso que seria útil que a Câmara fizesse a apreciação e elaborasse o seu parecer e que desse conhecimento à Assembleia ou que possibilitasse que a Assembleia também participasse nesse processo.

Por último, é o seguinte: eu nunca gostei (aliás estão aí os Srs. Deputados presentes que podem confirmar) muito dessa cena do jantar, ou pelo menos que o jantar fosse considerado como uma benesse da Câmara em relação aos membros desta Assembleia. Porque as coisas são tão simples como isto: penso que ninguém tem que protestar o que exigir. Eu tenho o domicílio em Aveiro, portanto não tenho nada a ver com o jantar ou com o não jantar, mas quem se desloca ou de Eirol, ou de Oliveirinha, seja de onde for, que tenha o seu domicílio lá (eu já não falo daquele de Bruxelas, que era membro de uma assembleia municipal e tinha dado o domicílio de

Bruxelas e que apresentava ajudas de custo para cada sessão), a lei diz claramente - art.º 11 n.º 2 " Os Vereadores em regime de não permanência e os membros da Assembleia Municipal, têm direito a ajudas de custo quando se deslocam do seu domicílio para assistir às sessões ordinárias e extraordinárias e às comissões dos respectivos órgãos". Portanto, eu tenho domicílio em Aveiro, eu não apresento nada, mas quem acha que tem direito de apresentar, que apresente. Não está a mendigar nada, está a usufruir de um direito que é conferido pela lei."

Presidente da Mesa:

" Salvo devido respeito, ajudas de custo é só para quem vive fora do concelho. Eu quero agora aqui acrescentar. Temos que ir fazendo doutrina alguma, até porque o regimento está em revisão. A filosofia do contraditório no período de antes da ordem do dia é diferente do contraditório no período da ordem do dia. Antes da ordem do dia, os deputados intervêm; a Câmara pode responder. Os deputados têm que ter réplica porque a iniciativa é sua. No período da ordem do dia a Câmara propõe, os deputados discutem. É a Câmara quem tem o direito de réplica e, portanto, a Câmara em princípio será a última a falar. Isto não tira que se possa falar duas três vezes, vai e vem, pode haver mais do que um linguado de cada lado."

Vogal Raúl Martins:

"Muito obrigado Sr. Presidente. Era só para dizer que quanto àquilo que o Sr. Deputado Henrique Diz disse (já tivemos ocasião de debater isso, estando eu na fase de baixo) do que é o planeamento e a gestão estratégica destas coisas. Mas só queria dizer uma coisa nisto, que são umas palavras muito célebres do célebre economista, que hoje está muito em voga novamente, felizmente, que é um Sr. chamado Jonh Maynard Keynes, que dizia: "a médio prazo estamos todos mortos"."

Presidente da Câmara:

" Eu só queria fazer uma observação genérica sobre as observações do Sr. Professor Britaldo, sobre as gerações. Eu acho que o que as gerações futuras não nos perdoariam é que nós nos próximos quatro anos nos limitássemos a pagar as dívidas. Eu acho que é importante nestes quatro anos continuarmos a ter capacidade de investimento para que as gerações futuras possam beneficiar disto. E portanto, é com esta postura que eu acho que devemos encarar o facto de chegarmos ao ano 2001 com 90%, sendo certo, para não me estar a repetir outra vez, que temos todas as almofadas de segurança ainda e boas perspectivas de evolução.

A observação do Sr. Salavessa é correcta, mas eu queria-me referir apenas às obras e loteamentos. Essas, de facto, julgo que já não sofrem uma actualização talvez há sete anos.

E finalmente, em relação à sopa e aos direitos e obrigações, eu acho que a próxima vez que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal marcar uma Assembleia para as seis horas, está toda a gente já convidada. A Câmara penitencia-se, hoje esteve cá o Ministro da Cultura e de facto eu não tive tempo de ir fazer a sopa nem de preparar as coisas, mas ficamos já todos convidados para a próxima sessão temos jantar."

De seguida o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto n.º 4 da ordem de trabalhos - Empréstimos - Empréstimo Bancário a Contrair pelo Município; sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Apresentaram declarações de voto, os seguintes Vogais:

Vogal Britaldo Rodrigues:

" Vai aqui uma declaração de voto e uma das partes naturalmente que diz respeito à última intervenção. A nossa perspectiva é que temos que preservar a qualidade de vida e o direito que tem a usufruir de uma boa cidade as gerações vindouras. E portanto, na declaração de voto, eu quero dizer que:

O Partido Social Democrata decidiu apoiar a proposta de empréstimo apresentado pelo Executivo Municipal de forma a viabilizar a acção da Câmara . Entendem os vogais eleitos pelo PSD que devem (independentemente da sua acção de vigilância política) ser dadas condições aos responsáveis pela gestão que lhes permitam pôr em execução o plano de actividades aprovado. Entendemos nomeadamente que:

1) É importante que a Câmara Municipal proceda ao pagamento das dívidas, verificando-se que algumas delas são de muito longa data. Só assim se garantirá a credibilidade da autarquia na sua relação com fornecedores, optimizando por esta via também os preços e a qualidade de serviços prestados, com acréscimo de autoridade para fiscalizar;

2) É importante que o investimento seja conduzido de forma a não hipotecar o futuro das novas gerações, pelo que recomendamos à Câmara Municipal gestão cuidada das suas opções nesta matéria que permita a continuação do desenvolvimento do Concelho, para além do mandato que neste momento está conferido.

E assina, portanto, a bancada do PSD."

Vogal António Salavessa:

" Votei a favor da concessão deste empréstimo, porque ele é necessário, porque estão observadas as exigências legais e porque as condições da sua negociação são favoráveis."

Vogal Filipe Brandão:

"Uma questão prévia que gostaria de pôr à consideração da Assembleia, atendendo a que ainda faltam alguns pontos da ordem de trabalhos e como não quero ser mal interpretado para não invocar o art.º 42, se seria possível, uma vez que agora este ponto é o da aquisição de instalações para os armazéns gerais e o subsequente é a alienação dos terrenos onde estão os armazéns gerais. Porque eu penso que da discussão uma coisa será indissociável da outra, para evitar repetição da discussão, embora a votação seja obviamente separada, se nos termos do art.º 42 se anuiria na discussão conjunta estes dois pontos."

Presidente da Mesa:

"Deu para entender, mas a primeira pessoa a ser consultada é o Presidente da Câmara, se quer assumir esses dois pontos em conjunto ou se os prefere destringidos."

Entretanto saiu da sala o Vogal Jorge Manuel do Nascimento.

Presidente da Câmara:

"Sr. Presidente é-me indiferente."

Após consulta feita pelo Presidente da Mesa às diferentes bancadas, as mesmas não mostraram qualquer inconveniente na discussão conjunta dos dois pontos seguintes da agenda de trabalhos:

PONTO N.º 5 - Arrendamento e Aquisição de Instalações para os Armazéns Gerais

PONTO N.º 6 - Alienação de Bens: a) Terrenos dos Armazéns Gerais

Presidente da Câmara:

"Em primeiro lugar, no que respeita à aquisição de novas instalações. A aquisição de novas instalações decorre em primeiro lugar, da necessidade de mudar de instalações. Penso que toda a gente, (pelo menos aqueles que tiveram a possibilidade de visitar, nós procurámos proporcionar isso) poderão visitar as actuais instalações dos armazéns gerais e a manifesta inadequação daquelas oficinas e instalações e armazéns, para receber condições de funcionalidade, dignidade, eficiência, operacionalidade, os serviços administrativos, os nossos armazéns gerais.

E portanto, nesse quadro que me parece consensual, surgiu-nos de facto, a possibilidade de uma forma rápida, adquirirmos novas instalações que são aquelas que estão identificadas na proposta que foi distribuída, propriedade da firma RODIMO, com uma área total de dezasseis mil, setecentos e vinte metros quadrados, cerca de seis mil metros de área coberta, logradouro, áreas livres, oficinas de lavagem, etc.

A proposta que nos fizeram, depois de negociações e aquela sobre a qual chegámos a acordo, também nos foi distribuída, devo vos dizer que procedemos a uma avaliação daquelas instalações, dos nossos serviços e que os valores que elas atingiram são bastante superiores. Eu penso que isso também foi distribuído pelos Srs. Deputados, o valor da avaliação que mandámos efectuar. Nestas condições, tendo a possibilidade de adquirir um conjunto de instalações que estão em perfeito estado de utilização imediata. Eu só não digo "já", porque de facto há pequenos ajustamentos que têm que ser feitos para receber os nossos serviços lá. E podendo, dada a forma negocial que foi possível encontrar, não despende já a liquidez equivalente ao preço que foi negociado, eu acho que é uma excelente oportunidade para a Câmara, porque rapidamente e sem despende dinheiro, mudamos para instalações que comparando com aquelas que temos agora, são instalações de luxo. Além disso, estão muito bem situadas, eu diria, melhor situadas do que as que temos agora, uma vez que estão mais centrais em relação a todo o concelho e portanto, estão mais próximas do centro do concelho e portanto, poupa-se até em gasolina, gasóleo e rapidez na capacidade dos serviços chegarem para as reparações que são solicitadas pelas freguesias mais distantes. Portanto, penso que estão bem localizadas, a mil metros da 109; é um bom preço tendo em conta as avaliações que se fizeram; são funcionais; não nos obrigam a despende de liquidez já; penso que é uma excelente oportunidade para a Câmara e nestas condições eu propunha à Assembleia que aprovasse a aquisição destas instalações.

Se repararam, nos termos concretos da negociação que foi feita, isto implicaria o pagamento a título de sinal e por trinta meses de três mil e quinhentos contos, durante dois anos e meio e o remanescente entre o que tiver sido pago e o preço de trezentos mil contos, seria efectuado através de permuta com terrenos de propriedade da Câmara Municipal de Aveiro e também aí a Câmara não despenderia liquidez, cuja determinação será feita mais tarde. Isto por um lado.

Por outro lado, temos alienação dos terrenos onde agora se situam os armazéns gerais. Tendo em conta a preocupação de realizar verbas, naturalmente, e tendo

surgido uma hipótese para instalar condignamente os armazéns gerais, pensou-se na alienação daqueles terrenos. E pensou-se na alienação, respeitando várias coisas: respeitando desde logo o PDM e, portanto, a área de construção que é possível ali fazer-se. Foi efectuado um estudo urbanístico que também foi distribuído e portanto, penso que estão na posse de todos os elementos. Esse estudo urbanístico prevê quatro blocos de rés do chão mais dois andares e recuado, com jardins entre cada um dos blocos perpendicular à estrada. Portanto, não se cria ali nenhum mastodonte nem nenhuma faixa contínua de prédios. É uma solução equilibrada do ponto de vista urbanístico, com boa qualidade de vida, com caves para estacionamento e que poderá render à Câmara, enfim, dependerá de como correr a hasta pública, mas provavelmente mais de duzentos mil contos. Ou seja, juntando as duas operações, por um lado a Câmara tem uma hipótese de rapidamente realizar dinheiro, de rapidamente instalar os armazéns gerais e de não depender dinheiro com essas novas instalações. Penso que a operação é francamente favorável para os interesses da Câmara e propunha, portanto, que a aprovassem.”

Entretanto saiu da sala o Vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Vogal António Salavessa:

“Querida que o Sr. Presidente me esclarecesse algumas questões, antes da intervenção de fundo. Por um lapso o Sr. Presidente não fez qualquer referência porque razão prescinde ou altera uma decisão desta Assembleia, quando decidi a compra da Pinheira. Porque é que os armazéns não vão para a Pinheira, sítio que foi comprado com esse objectivo. A segunda questão é a seguinte. Parte dos armazéns estão ocupados com instalações das SUMA e ouvi dizer que também estas novas instalações tem algo a ver com a SUMA. Terceira questão Sr. Presidente, é que eu não sei de facto o que é que nós estamos a deliberar no ponto da alienação, porque é uma questão que pressupõe, da forma como está aqui, não dá para fazer uma leitura clara do que é que estamos a votar. E dá-me ideia que estamos a votar ao mesmo tempo um conjunto de situações que, provavelmente, até poderiam ter votações contraditórias como seja: estamos a aprovar o projecto urbanístico ou loteamento? Primeira questão. Estamos a aprovar a hasta pública dos prédios? Estamos a aprovar a cedência de espaços ao Futebol Clube do Beira-Mar e à Sociedade?. Gostava que ficasse claro, o que é que nós estamos a deliberar aqui porque nos termos em que a proposta vem não permite a percepção clara do acto jurídico que aqui vamos ter.”

Presidente da Câmara:

“Muito Obrigado. A questão da compra da Pinheira, de facto, já aqui falámos no outro dia porque é que não vamos para a fábrica da Pinheira. A fábrica da Pinheira foi comprada e custou aos cofres da Câmara 230 mil contos. Para a fábrica da Pinheira poder ficar em condições de utilização iríamos gastar provavelmente outro tanto, ou seja, não serve para esse efeito. E por outro lado, se nós fizermos o Plano de Pormenor que queremos fazer, este imóvel que está ali e que ninguém sabe o que lhe há-de fazer, pode vir de facto a render dinheiro à Câmara desde que devidamente integrado num plano de pormenor da área circundante e que permita fazer ali outra coisa que não sejam armazéns. Portanto, a solução que encontramos para a fábrica da Pinheira foi esta, uma vez que nunca ninguém nos daria o que ela custou e penso que é uma boa medida de gestão.

Em relação à SUMA, porque é que estão nos armazéns gerais. Estão de facto alguns camiões nos armazéns gerais, tanto quanto sei a título de tolerância enquanto as novas instalações deles se concluíam e a questão de saber se terão de pagar uma renda por isso ou não terá que ser equacionado. Em relação às novas instalações que prevemos para os armazéns gerais, nada rigorosamente nada foi falado, pensado, em relação à SUMA, nesta fase é puro boato. Finalmente, em relação ao que é que estamos a pedir à Assembleia. Estamos a pedir à Assembleia que autorize o principio da venda em hasta pública de acordo o loteamento que já aprovámos em sessão de Câmara. Como sabe o loteamento não tinha que vir à Assembleia, portanto aprovámos o loteamento em sessão de Câmara, a hasta pública é uma venda que seguramente será por valores superiores aqueles que nós temos competência para vender sem vir à Assembleia e, portanto, trazemos isto aqui para que seja autorizado este principio de venda em hasta pública.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Parece-me, de uma análise que fiz e dos documentos que foram apresentados, logicamente, uma boa solução sobretudo porque é uma solução tripartida (como foi esclarecido antes) e claro, que se prende aos dois pontos anteriormente aprovados e, portanto, as censuras que foram feitas, os medos aliás legítimos, de que o futuro pudesse estar posto em causa (às vezes vale a pena esperar mais um pouco) porque sem dúvida nenhuma a Câmara fica por duas vias, do ponto de vista financeiro, em muito melhor situação, sendo as coisas tal qual aqui estão propostas. Mas, para que não digam que mais não faço do que reafirmar aquilo que a Câmara aqui nos traz, há um pequeno aspecto para o qual eu gostaria de ouvir alguma explicação, porque na realidade me parece sem dúvida que toda aquela zona necessitava há muito de uma urbanização. Isso parece-me absolutamente inquestionável, há no entanto até para pegar na moda que foi trazida a Aveiro por este Executivo, há uma questão que me parece de ponderar. Até que ponto é que não seria viável (digamos assim) a hipótese de ver com a Ministra da Saúde (mais um Ministro em Aveiro, porque não) a hipótese de aquilo poder também servir, antes numa auscultação, porque se o Ministério da Saúde nos desse por ele dinheiro que a Câmara viria a obter com a venda em hasta pública, teríamos então uma solução quadripartida. De qualquer maneira, julgo, uma coisa não exclui a outra, sabemos que é necessário urbanizar aquele espaço, sabemos que é necessário haver solução para os armazéns gerais, sabemos que é preciso aumentar a capacidade financeira da Câmara, mas não me parece de excluir deixar à Câmara pelo menos essa recomendação. Se o Ministério da Saúde nos der esse dinheiro, pois obrigado e então teremos tudo junto, senão, às vezes o óptimo não é possível.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito rapidamente, para no seguimento daquilo que foi a intervenção desta bancada na votação do último ponto da ordem de trabalhos, dizer que também neste será nossa postura e nossa política não inviabilizar à nascença aquilo que parece ser um projecto que obrigatoriamente terá de nascer. Portanto, em relação ao ponto do arrendamento e da aquisição dos terrenos da sociedade Rodimo para a instalação dos armazéns gerais, em princípio a posição da nossa bancada será a de votar favoravelmente este ponto. No entanto, e tendo previamente deixado esta afirmação no ar para que não possa haver alguma má interpretação daquilo que vou perguntar a seguir, são apenas esclarecimentos que gostava que o Sr. Presidente da Câmara fizesse a finesa de me responder, é o seguinte: justificou a aquisição como uma forma

rápida de adquirir instalações, plenamente de acordo, justificou a aquisição por estas instalações estarem em perfeito estado de mudança imediata dos armazéns gerais, essa mudança é urgente, também aí estamos perfeitamente de acordo. Afirmou esta decisão também com base numa forma negocial que permite à Câmara não despendar imediatamente dinheiro, apenas acarreta um encargo mensal de 3 mil contos, no entanto há aqui uma segunda forma de pagamento ou o pagamento do montante residual entre as rendas e o valor do imóvel. Essa forma de pagamento é que me suscita algumas dúvidas, ou seja, diz-se aqui que esse residual será feito por permuta de metros quadrados de área de construção de valor equivalente aquela diferença, ou seja, 195 mil contos. Sr. Presidente, aquilo que eu gostava de perguntar era (porque penso que deve ter) se a Câmara ao negociar coma sociedade Rodimo tem já alguma ideia dos terrenos que no fim dos pagamentos das rendas cederá à Rodimo no valor de 195 mil contos. Porque é evidente que um terreno que hoje vale 195 mil contos, mediante a sua localização, amanhã já pode valer 230 ou 250 mil contos. É preciso creio eu, que o Sr. Presidente nos preste este esclarecimento para que qualquer dúvida em relação a isto possa e deva ficar completamente dissipada. Em segundo lugar comunicar desde já a posição desta bancada na votação deste ponto da ordem de trabalhos. Recordo aqui a esta Assembleia alguns debates mais acalorados no mandato anterior, em torno de algumas propostas nomeadamente loteamentos. Estou a recordar-me de um na freguesia de Oliveirinha, em que várias vezes o Executivo anterior foi aqui acusado de não documentar as propostas devidamente fundamentadas, com os planos de pormenor, com os desenhos, etc. Pois eu quase que reformulo esse tipo de acusações que na altura eram levantadas pelo bancada Socialista, pela bancada Social Democrática e até na a bancada Comunista também eram levantadas e provavelmente legitimamente. Quanto a este ponto Sr. Presidente, (e desculpe que lhe diga) a apresentação é extremamente deficiente. Sr. Presidente, havia (penso eu) uma intenção do antigo Executivo anterior de beneficiar o Beira-Mar com uma grande parte, caso se procedesse à alienação deste terreno, para beneficiação das suas próprias instalações. Pergunto em primeiro lugar se considera isto suficiente e em segundo lugar, quanto é que a Câmara pensa que vai entrar nos cofres da autarquia com este loteamento? E para terminar, pedia-lhe Sr. Presidente, que publicamente mostre o documento que diz quanto é que custou a fábrica da Pinheira e de uma vez por todas se acabe com a polémica se a fábrica custou 180 mil ou 230 mil.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, Srs. Vogais, serei particularmente breve até porque o meu antecessor ao ter queimado mais que os 3 minutos, obriga-me a mim a gastar menos tempo. Apenas para frisar que houve a anuência tácita de todos os membros desta Assembleia, porque de facto, a questão que hoje nos é posta (aliás as questões estão intimamente relacionadas) é o pressuposto incontestado que as actuais instalações dos armazéns gerais atingiram um estado de degradação tal que os torna manifestamente imprestáveis. A própria localização, penso ser incontroverso, que se revela pouco operacional, não é sequer uma questão de investimento no local, porque o próprio local não é operacional. Por contraposição as instalações (e quem teve oportunidade de as visitar no outro dia na deslocação da Assembleia, pelo menos foi o sentimento que eu colhi de todos os que aí se deslocaram) é que são de facto magníficas. O facto, não despiciendo, de serem periféricas em relação à cidade trazem também por aí uma centralidade dos serviços em relação ao resto do concelho. Finalmente, e penso que aí residirá o mérito desta proposta, que é o

benefício que o concelho extrai da imediata transferência dos serviços, porque de facto sempre se poderia colocar a hipótese de construção de raiz de um edifício para os armazéns gerais, mas obviamente não teríamos essa imediata transferência e, portanto, o imediato benefício do funcionamento dos serviços.

Finalmente, não posso deixar de censurar o Sr. Presidente, embora compreenda, a falta de rigor terminológico que nos traz, porquanto como V.Exa. bem sabe, em momento algum existirá um arrendamento dos armazéns gerais e ao escrever aqui arrendamento e aquisição está a traduzir a ideia, que um leigo compreenderá, ou seja, está a ser paga a fruição dos armazéns até à liquidação do preço, mas obviamente isso juridicamente não é correcto.”

Vogal Clara Ribeiro:

“Olhando para esta planta e dado que tive ocasião de visitar os armazéns gerais, (e dado que trabalho na cardiologia do Hospital há vinte anos) cada dia que trabalho nesse serviço e olho para ao armazéns gerais, vejo a solução para o Hospital de Aveiro, que todos sabemos que não pode sair do sítio onde está. Temos o de Vila da Feira queremos que o nosso seja Distrital e seja número um, vamos ter uma Escola de Enfermagem, estou a ver em toda aquela área o prolongamento do Hospital, que sei, porque contactei com pessoas da administração, que têm interesse nesse mesmo.

Só para dar uma panorâmica e porque trabalho nele há vinte anos, do que se passa no Hospital de Aveiro e na grande necessidade de ver o Hospital prolongado em novos blocos nessa zona, mais do que ver simples habitações. Falarei no serviço de urgência, que ficaria muito mais alargado saindo dali e as consultas externas sem grandes gastos e deixaríamos de ver os utentes a estar a ser atendidos, (homens, mulheres e crianças) tudo à mistura, sendo aquilo a sala de visita do Distrito.

Já não falando noutros serviços, mas falando do meu que o conheço, numa unidade de cuidados intensivos que foi pioneira nos Hospitais Distritais e que neste momento não é pioneira; ficou atrás de Vila Real, Viana do Castelo e de Viseu, o que é de lamentar.

Trabalho num serviço onde não caberiam 3 camas e infelizmente cabem 4. Os doentes respiram por cima uns dos outros, o pessoal de saúde para se movimentar passa por tudo quanto é doente, ninguém tem privacidade. E algumas pessoas aqui, na altura das eleições, tiveram ocasião de visitarem o serviço de cardiologia nem queriam acreditar no que viam e algumas pessoas aqui já lá estiveram internadas sabem como é. Qualquer um que vá vê que a humanização deixa de existir e tudo o resto. Quando o doente se sente mal, para ser mudado para os cuidados intensivos, muitas vezes tem que ser arrastado pelo chão ou às costas do pessoal de saúde porque ou se tem que tirar camas ou coisas cá para fora para se poder socorrer. Eu cada vez que olho para aqueles armazéns e dado que tenho pelo menos mais vinte anos para trabalhar, não gostaria de dentro de 5 ou 6 anos ver habitações e continuar a olhar para o serviço de cardiologia e ver a maneira como os utentes são tratados quando nós temos um grande serviço, grandes técnicos, mas sem condições. Não há refeitório para os doentes, não há salas de apoio, nós mudamos de roupa todos juntos, é tudo à mistura. Quero que isto fique em acta porque daqui a uns anos se vir lá prédios de habitação não tenha feito alguma coisa contra isso. Acho que é altura da Câmara, dado que está endividada, dado que foi aprovado o empréstimo, que peça dinheiro mas peça para as pessoas de Aveiro, para que o Hospital de Aveiro de uma vez por todas possa ser pioneiro e possa ser compatível com os Aveirenses.

Se querem conhecer o serviço é fácil, porque na altura das eleições outras pessoas visitaram.”

Vogal Rogério Madaíl:

“Quanto às instalações dos armazéns gerais, também concordo que estão completamente inadequadas. Relativamente à solução do loteamento parece-me que a solução aventada aqui da cedência para o Hospital, acho que ela deve ser encarada e também a apoio a cem por cento. Relativamente à cedência de 690 metros para o Beira-Mar, acho que face aos compromissos anteriormente assumidos ou que parecem existir, parece que é pouco. Mas se entretanto tiverem que ceder isto para o Hospital, penso que deverá ser encarado uma hipótese de compensar o Beira-Mar, que merece.

Relativamente às instalações da Rodimo: tive oportunidade de as visitar, são instalações de luxo, mas acho que são desadequadas à instalação dos armazéns gerais. A instalação dos armazéns gerais lá, admito que seja utilizado para isso, mas acho muito pouco, acho que a Câmara tem de analisar uma melhor utilização daqueles meios. A sua utilização para estes fins, acho que é um desaproveitamento de umas instalações que são luxuosas e que podem ser utilizadas para a instalação de outros serviços da Câmara.

Relativamente ao valor do bem, eu acho que o valor resulta mais do valor de mercado do que do valor intrínseco da avaliação. Não digo que a avaliação não seja um ponto extremamente importante, um ponto de referência.

Quanto à forma de pagamento aí é que está a grande questão. Eu penso, que a permuta por metros quadrados de área de construção vai criar um eventual risco de litígio futuro e penso que seria muito melhor negócio para a Câmara, os terrenos que pensam vir a ceder pô-los em hasta pública e com esse dinheiro liquidarem o que devem à Rodimo porque esta forma de liquidar pode ser um bocado perigosa.

Última questão é saber qual é o custo de adaptação previsto para colocar operacional esta área. Portanto quanto é que pensam gastar para fazer a adaptação.”

Vogal António Salavessa:

“O pedido de esclarecimento, da razão por que é que a Câmara prescindia da Pinheira e pensava noutra solução para os armazéns gerais, visava que o Sr. Presidente disse-se exactamente aquilo que disse. E vou dizer porquê. Porque a treze de Dezembro de 91, nesta sala, foi decidida a compra da Pinheira por 260 mil contos, consoante consta aqui da acta, por trinta votos a favor e uma abstenção. E a razão da abstenção, segundo a acta, é porque tinha dúvidas quanto à utilidade das instalações face aos objectivos propostos e que seria necessário ali fazer novos investimentos naturalmente vultuosos, foi essa a razão da abstenção da CDU em relação à unanimidade quase total desta Assembleia e à unanimidade verificada na Câmara para este objectivo.

Assim, sete anos depois, o Sr. Presidente da Câmara, vem dizer de viva voz aquilo que foi dito nesta câmara nessa altura. Eu não tive oportunidade de participar nesta visita às instalações que são propostas, entretanto confio na opinião generalizada de que aqui não vai ser necessário fazer grandes investimentos, que estão praticamente prontas para começarem a ser utilizadas para este objectivo. Penso que é uma alteração qualitativa importante em relação há sete anos atrás. Portanto, não vejo razão para votar contra a não ser para pensar um pouco a questão suscitada pelo Sr. Diogo Machado, que é a de parte do negócio estar em aberto. Isto é, não ser quantificado agora quanto é que é o custo da transação, porque essa questão de ser em metros de construção a definir posteriormente é um cheque em branco passado à

Câmara por esta Assembleia, para depois poder eventualmente alterar o valor real da transação. Para mim não teria qualquer dúvida no voto favorável se aqui estivesse exactamente o pagamento e não uma permuta eventual como está prevista, em metros de construção, mas isto é como sabemos uma coisa bastante vaga.

Quanto à alienação dos terrenos dos armazéns gerais: já estava de acordo naquela altura, porque aquele local não tinha condições, portanto não altero a posição. Agora, a intervenção da Sr.^a deputada lançou aqui um elemento que não tinha sido seriamente reflectido. Não sei se é a posição oficial ou colectiva da bancada do PSD, mas eu acho que devia haver alguma reflexão. Eu coloco algumas reflexões. Será que a Administração Regional de Saúde já colocou alguma vez este objectivo de alargamento do Hospital para aquele espaço? Será que estão efectivamente esgotadas as possibilidades de alargamento do Hospital nas próprias instalações do Hospital, na área de estacionamento, fazendo estacionamento subterrâneo e portanto, deixando disponível aquela área actual?”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, antes de mais dois pontos prévios. Eu gostaria que fossem definidas as línguas oficiais aqui na Assembleia, dado que apesar dos protestos dos meus colegas da referida área, o latim continua a ser uma língua muito utilizada, talvez nós devêssemos constituir um grupo de trabalho para apoiar o uso do latim, torná-lo novamente língua viva.

Segunda questão, deixe-me fazer uma rectificação a afirmações anteriores. A venda dos terrenos onde estão actualmente os armazéns gerais não pode melhorar a situação que está prevista no Orçamento revisto. Penso eu que confirma o Orçamento revisto, não melhora a situação. É importante que nós tenhamos a noção do que estas coisas significam.

Terceira questão: eu gostava que o Sr. Presidente me esclarecesse se por acaso existem ou não existem contactos entre a Câmara Municipal e o Ministério da Saúde acerca da ampliação do Hospital. Porque se existem, terá sido aqui cometida uma inconfiência e o Sr. Presidente não terá sido transparente com esta Assembleia. Como aquilo que eu conheço da actuação política do Sr. Presidente, essa falta de transparência não consta do catálogo das qualidades que lhe reconheço, eu gostaria de ser esclarecido.

Relativamente às questões da transferência dos armazéns gerais, nós não temos dúvidas rigorosamente nenhuma sobre a necessidade de dotar os armazéns gerais de instalações, que permitam a realização de todas as tarefas que são da responsabilidade do município nessa área e que têm como ponto de intervenção os armazéns gerais. Portanto, não há dúvidas nenhuma que nós estamos a favor da saída dos armazéns gerais das instalações onde se encontram para outro local. Se há sete anos atrás, esta Assembleia aprovou a aquisição das instalações da fábrica da Pinheira para a transferência dos armazéns gerais, como o Sr. Presidente hoje veio afirmar que a adaptação das instalações para esse efeito tornaria todo o negócio mais caro do que a aquisição de novas instalações, eu gostaria que o Sr. Presidente pudesse quantificar o custo real da adaptação dessas instalações, para nós podermos ver os bons negócios que foram feitos há sete anos.

Relativamente ainda a esta matéria e para que possam ser tomadas decisões claras, eu gostaria que relativamente aos armazéns gerais, o Sr. Presidente nos pudesse dar indicação de áreas actuais e das áreas necessárias aos armazéns gerais, nomeadamente as resultantes que os serviços certamente fizeram antes de este pedido de transferência para zona oficial, a área administrativa a área social e o armazém.

Gostaria ainda, que o Sr. Presidente informasse a Assembleia (se tem conhecimento disso) de qual o preço de aquisição do terreno onde se encontram neste momento as instalações que a Câmara pretende comprar à sociedade Rodimo. Gostaria ainda que me informasse, quais foram as outras alternativas que a Câmara considerou para a transferência dos armazéns gerais ou se considerou apenas esta porque era favorável neste momento. Gostaria também que me informasse quem e como se fixa os valores dos terrenos para a permuta que está prevista como forma de pagamento desta operação.

Terminava dizendo, que a questão levantada de uma forma ligeira para respeitar os três minutos pela Deputada Virgínia Veiga e de uma forma mais aprofundada pela minha colega de bancada do Hospital, é algo que deve merecer toda a nossa consideração. E agora, sem as questões polémicas surgidas a propósito da Faculdade de Medicina, o Hospital de Aveiro, tem de servir eficazmente o concelho de Aveiro e é necessário verificar (e nós temos a obrigação de despoletar de alguma forma o processo), se as instalações do Hospital de Aveiro são as adequadas às suas funções e às suas funções previstas, se o Hospital de Aveiro tem condições ou não tem condições para ser aumentado, se existe na envolvente do Hospital de Aveiro a condição necessária da disponibilidade de terrenos para a sua ampliação no caso (como aparentemente se sugere) de ser necessário.”

Vogal Miguel Capão Filipe:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Ponto um: o município pode e deve realizar dinheiro rapidamente.

Ponto dois: é obvio que outro módulo de obter receitas é vender património e sobretudo vender património que não interessa ter, interessa rentabilizar à custa de outras realizações para o nosso município.

Ponto três: o que é que o município de Aveiro deve vender? E entre seguramente múltiplas hipóteses que poderiam surgir, a dialéctica pelo facto de se ter que comprar instalações para os armazéns gerais se tem que vender os armazéns gerais, só se for a dialéctica de língua portuguesa. Isto porquê? Porque a venda dos armazéns gerais, é de facto, tentar vender uma zona extremamente sensível em termos de vizinhança. E apraz-me subscrever em relação a essa mesma vizinhança o já referido em termos do Hospital de Aveiro. Aliás, eu diria que este ponto entra em contradição com o último ponto em que seguramente com convicção vamos avançar para o grupo de trabalho da Faculdade de Medicina. E a Faculdade de Medicina vai impor (se Deus quiser isso vai acontecer) a realização de um ciclo clínico no Hospital Escolar e o Hospital Escolar exige seguramente a ampliação das instalações do Hospital de Aveiro. Em relação a esse ponto como foi exposto brilhantemente, já não me vou alongar.

Em relação à vertente desportiva, que é a vertente da sensibilidade em relação à vizinhança do Estádio Municipal. Se só houvesse essa vizinhança também aí seria sensível, porque deveríamos também aqui discutir a questão de qual a viabilização para o futuro Estádio Municipal. E provavelmente a venda dos armazéns gerais colocaria em questão a viabilidade futura do Estádio Municipal. Vou dar de exemplo a superior Sul, em que se construiu uma carreira de vivendas e que impede o prosseguir do plano de um futuro Estádio em relação à superior Sul e iríamos com certeza arranjar outro muro de Berlim a circundar a hipótese do avanço do Estádio Municipal. Por outro lado, esta venda deveria vir de facto com o evoluir do Estádio Municipal. Eu diria que este ponto de venda dos armazéns gerais comprometeria definitivamente o Hospital de Aveiro e deveria vir consubstanciado com o projecto de

mudança de Estádio, o que não me repugna de modo nenhum. Isto porquê? Porventura até um Estádio novo será o melhor futuro para Aveiro.”

Entretanto saiu da sala o Vogal Álvaro Patrício do Bem.

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, comungo na quase totalidade com as afirmações do Dr. Capão Filipe. E deixe-me dizer quanto aos armazéns gerais que eu não estou convencido que a fábrica da pinheira demolida não fosse solução para os armazéns gerais. Mas se não fosse a fábrica da Pinheira (porque a meu ver estas instalações podem ser muito bonitas mas não foram construídas de raiz para o fim em vista), o Sr. Presidente vai lançar o Eixo Estruturante e se calhar compraria terrenos muito baratos ao longo desse Eixo Estruturante para aí construir de raiz os armazéns gerais, se calhar com muito menos dinheiro e se calhar com uma visão de futuro muito mais alargada. De igual modo em relação ao Parque Desportivo, que obviamente é já um sonho mais difícil de realizar. Sr. Presidente, eu repito aqui ainda uma coisa que já foi aqui referida que é: a realizar-se o negócio das instalações da zona industrial porquê com permuta de terrenos? Todos nós sabemos que os terrenos na sua base de licitação têm um preço, que é normalmente nas praças da Câmara de Aveiro largamente ultrapassado. Logo se for feita por permuta de terrenos estamos a prejudicar o erário municipal.

Ainda quanto à questão levantada pela companheira Clara, acerca do Hospital, eu próprio tive oportunidade de verificar a situação daquele serviço conjuntamente com outras pessoas e ficámos espantados. Efectivamente as condições de trabalho são escandalosas e não são dignas de Aveiro e dos Aveirenses, nomeadamente nesta área, as condições de trabalho no Hospital de Aveiro e dos profissionais que ali trabalham com todo tipo de sacrifícios e limitações. Também por aí veria com bons olhos que os terrenos dos armazéns gerais fossem afectados ao desenvolvimento do Hospital de Aveiro.”

Vogal Raúl Martins:

“A minha intervenção é muito curta. Queria fazer um ponto prévio que é: o problema das permutas e dos valores base de licitação. Espero eu que no futuro nunca seja feita nenhuma permuta pelos valores base de licitação. Eu acho que o que deve ser usado é o valor médio das vendas para aquele tipo de terreno. É isso que deve ser utilizado porque não mais pode acontecer se alguma vez aconteceu, que sejam feitas permutas pelo valor base de licitação. O problema que eu queria levantar é que registo com profundo agrado que nesta nova Assembleia, se tem vindo a criar alguns consensos e penso que esses consensos são profícuos para a nossa cidade. Ainda estamos a estagiar (não no sentido depreciativo, como algumas pessoas entenderam no início) contactos uns com os outros, mas já temos conseguido alguma coisa. Daí salientar o apoio que a D. Ermelinda Clara, da bancada do PSD, deu à proposta da Dr. Virgínia Veiga da bancada do PS. No referente à alienação dos terrenos dos actuais armazéns gerais, é pouco comum, a menos que nos irmane, como neste caso nos está a irmanar o interesse por resolver os interesses da nossa cidade, que uma bancada venha imediatamente a apoiar aquilo que outra bancada, que por acaso é bancada da oposição, neste caso sugeriu. Assim parece-me que isto é fundamental, salvaguardando as expectativas financeiras do município (e essas devem ser obviamente salvaguardadas e não podem de maneira nenhuma serem frustradas) reforço a recomendação da minha colega de bancada Virgínia Veiga, no sentido de

ser contactado o Ministério da Saúde, para saber se está ou não interessado em adquirir aqueles terrenos para serviços de Saúde. Isso permitiria libertar no actual Hospital de Aveiro algum espaço onde se possam instalar serviços, no processo de reestruturação e requalificação que é absolutamente indispensável implementar no Hospital de Aveiro, que urge fazer e pelo qual todos os Aveirenses independentemente da sua cor política se devem debater.”

Presidente da Mesa:

“Já agora, têm estado a implicar e legitimamente com este pagamento por permuta de metros quadrados. Eu sou advogado e sei onde é que se pode emperrar qualquer negociação. Isto aqui dá muito jeito, isto é uma coisa para discutir dez anos nos Tribunais, não tenho dúvida nenhuma sobre isso. Mas, o que eu penso é que esta consignação, este registo é a favor da Câmara. Se a Câmara tiver dinheiro não pode o credor opor-se a receber em dinheiro e, portanto, é um mais em relação a essa alternativa. A redacção não é feliz. Basta que se diga: este pagamento poderá ser feito através... porque se houver dinheiro pode ser mais interessante, mas isso é uma coisa, é relevante mas é um problema de redacção.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Vou ser muito curto, porque de facto, a minha bancada (e muito bem) exprimiui ideias gerais e, portanto, vou ser muito curto. Só dizer que também eu, tal como o Dr. Raúl Martins, enfim, fico perfeitamente agradado por haver consensos que são fundamentais em democracia. E verifiquei que de facto a uma sugestão fruste de uma Sr.^a Deputada do PS, ter sido imediatamente justificada essa sugestão fruste e credibilizada por uma companheira de bancada do PSD, que fundamentou e bem. Venho pois recomendar ao Executivo, que estabeleça contactos imediatos com o Ministério da Saúde no sentido de exigir a devida valorização do Hospital de Aveiro e a aquisição de terrenos adequados, para que esta valorização se verifique portanto, na perspectiva daquela área dos armazéns gerais. Finalmente, compreendo que esteja escrito e em defesa da autarquia que poderá esta pagar em terrenos, devo dizer contudo que isto é o Executivo que diz. Mas como compete à Assembleia Municipal fiscalizar a acção do Executivo é por isso que nós colocamos este problema. É que de facto convirá e por isso dizemos, que não seja pela base da licitação.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Algumas considerações breves uma vez que alguns dos assunto que queria tocar já foram tocados de maneira que não os irei abordar novamente. Quanto às instalações dos armazéns gerais estarem degradadas já nós sabíamos há muito tempo. De maneira que, se calhar, era escusado uma visita aos armazéns gerais para nós constataros mais uma vez que os armazéns gerais estavam degradados. Por isso é que já há muito tempo esta Assembleia aprovou a compra da fábrica da Pinheira e quando aprovámos a compra da fábrica da Pinheira houve uma discussão muito semelhante a esta. Houve muitas alternativas, que foram avançadas já na altura, para a construção de uns novos armazéns gerais. É pena que nos tenhamos esquecido e tivéssemos dado o benefício à Câmara Municipal de Aveiro, que achava que as instalações eram o máximo. Tal como esta Câmara acha que as instalações que esta Câmara vai comprar são o máximo. O problema, é que nós podemos dar o benefício da dúvida e daqui a alguns anos podemos deparar novamente com a situação que afinal não foi o edifício de raiz que nós queríamos e

afinal aquilo não estava tão bem quanto nós pretendíamos. Temos que assentar é que é uma opção política da Câmara Municipal de Aveiro e acho que num início de mandato devemos dar o benefício da dúvida e que a Câmara assuma a responsabilidade da mudança dos armazéns. Só que de certeza, que se a Câmara tivesse oferecido metade do preço que ofereceu o negócio estava feito na mesma. E é isto que eu tenho pena. É de o negócio envolver um montante tão grande para a Câmara, principalmente porque ainda agora acabamos de aprovar um empréstimo e a Câmara reconhece que tem uma dívida. E quando se tem uma dívida e quando se tem uma casa alternativa e estamos a comprar uma casa nova, melhor, com todas as condições, aí há que ter cuidado. Acho que esta Câmara não está em condições orçamentais para comprar estas instalações por este preço, porque acho um preço exagerado para as instalações que são.

No que diz respeito à alienação de bens, eu penso que nós não podemos dissociar a venda dos terrenos dos armazéns gerais com o futuro dos terrenos envolventes do Estádio e até com o próprio Estádio.

O problema põe-se assim: nós queremos ampliar o Estádio, nós queremos fazer obras no Estádio Mário Duarte ou queremos afinal, sermos uma cidade sede do próximo Europeu e queremos um Estádio condigno que seja aprovado para ser sede do próximo Europeu ou não? É que se queremos fazer uns remendozitos no Estádio, que como já foi dito, já tem uma condicionante a Sul que impede que possa crescer o Estádio, vamos agora construir outros prédios que vão mais uma vez condicionar o futuro do Estádio. E o Estádio vai continuar a ser aquele Estádio que se calhar nós não queremos e com um Estádio daqueles não podemos ir a lado nenhum. Podíamos aproveitar o facto de aproveitar o Europeu, para podermos ter a verba necessária para termos as tais instalações condignas à cidade e neste caso por arrasto ao Beira-Mar, que é o clube representativo do futebol da nossa região. Nós temos de definir bem estas prioridades e penso que a Câmara ainda não as definiu. Quer construir um Estádio novo ou não quer? Quer ter o Europeu em Aveiro ou não quer? Gostava que a Câmara me respondesse a estas questões. Porque se vamos construir um Estádio novo, então vamos pensar o que fazer a toda aquela zona, uma zona que é de equipamento e de lazer. A nossa maior mancha verde está naquela zona, a nossa zona de equipamento por excelência está naquela zona, por isso, colocar aí uma zona habitacional para proteger a zona porque é uma zona isolada não é argumento. Por isso considero que é uma má opção a construção de um ghetto habitacional de 64 fogos naquele local.

Quanto à questão do Beira-Mar, acho que era um contributo muito importante que a Câmara podia dar, ao concorrer com Aveiro como cidade sede ao Europeu, para o Beira-Mar ter umas instalações condignas e acho que a Câmara Municipal de Aveiro, deve proporcionar aos clubes profissionais pernas para andar e proporcionar pernas para andar por vezes vai dar condições para que possam ter as suas próprias fontes de rendimento. E ter a as suas próprias fontes de rendimento não é ter aquelas lojinhas que a Câmara lhe quer dar. A Câmara tem que se assumir, ou quer ou não quer. Agora, dar um subsídio para toda a gente ficar agarrada ao Sr. Presidente da Câmara que vai dando as suas coisas e vai-se queixando que está a dar muito, assim não. Assim nem está a prestar um bom serviço ao Município nem sequer à Câmara Municipal. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, já se falou já se repetiu na urbanização dos armazéns gerais, em que no fundo a maior parte dos intervenientes repetiram-se. É

um facto, é um bom negócio, mas eu também gostava de dizer, e como se tem falado no Estádio do Beira-Mar e no Beira-Mar e falou-se no Hospital, eu questiono esta Assembleia; será que realmente o Estádio do Beira-Mar está no sítio apropriado neste momento? Eu acho que não.

Pois nós sabemos que o Estádio Mário Duarte, além de estar mal localizado para um clube da primeira divisão, pois também não tem estacionamento adequado, mas eu ia mais longe. Sempre que se fala na urbanização dos armazéns gerais, fala-se no Beira-Mar, nos compromissos e nas compensações para o Beira-Mar. Só que eu gostava de saber se nos compromissos existentes, se esses compromissos existem ou não, eu gostava de ser esclarecido. Mas, ao lembrar o Beira-Mar, Sr. Presidente, também não me posso esquecer do Galitos, do Sporting Clube de Aveiro e outros. Chamava a atenção, que neste momento o Sporting clube de Aveiro tem uma piscina parada por falta de verbas e se calhar por falta de compromissos que não têm sido atempadamente respeitados. Mas vou mais longe, fala-se do Beira-Mar, no próximo ano vai para a primeira divisão, desde já felicito os actuais Directores e os sócios, e realmente o Beira-Mar precisa de verbas e eu necessito de dizer que o Beira-Mar para o ano vai ser o expoente máximo da promoção do concelho de Aveiro e pergunto: porque não se canalizam verbas do Turismo para o Beira-Mar? Não nos esqueçamos que no Plano da Câmara e no Orçamento para 98, tem lá uma verba de 3000 contos para uma meia maratona que em termos de promoção até aos Aveirenses passa despercebida. Sr. Presidente, eu aconselhava-o a transferir estes 3000 contos para a promoção do Beira-Mar para o ano.”

Presidente da Mesa:

“Aí está uma perspectiva muito discutível. (Já agora por falar em Beira-Mar) a Câmara não tem um economista, é um trabalho de economista (para além do amor ao Beira-Mar e do bairrismo) saber qual é o investimento que se justifica que a Câmara faça em termos calculistas no Beira-Mar. Isso é susceptível de ser calculado, penso eu. Mas enfim, fazemos depois aqui uma sessão especial para o Beira-Mar. ”

Vogal Gaspar Albino:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu acerca de um mês escrevi sobre este assunto. E, se para mim não levanta nenhuns engulhos a aquisição das instalações de Taboeira para os armazéns gerais, honestamente, já não posso pensar o mesmo em relação ao previsto loteamento ali paredes meias com o Beira-Mar. As questões que foram levantadas quanto à necessidade ou à possibilidade da expansão futura do Hospital, a questão que se põe aqui de um Estádio para 2004, que substituiria aquele de modo a disponibilizar terrenos que permitissem não só a expansão do Parque, como também do Hospital. Tudo isso, são questões que se me põem e parece-me que não se compadecem com a necessidade imediata da venda daquele chão em lotes. E não sei se o Sr. Presidente terá resposta para estes problemas. É que se tem resposta, venham as respostas para nós não estarmos aqui a malhar em ferro frio toda a noite.”

Presidente da Câmara:

“Muito Obrigado. Foram bastantes intervenções e todas elas recheadas de observações e dúvidas interessantes. De facto, são duas operações de vulto, essenciais, com consequências a vários níveis e que merecem ser bem analisadas. Nós procurámos fazer isso e creio que as propostas que trouxemos a esta Assembleia

foram bem amadurecidas. Eu ouvi com toda a atenção e vou tentar responder a todas as questões levantadas.

Para encerrar esse assunto, quanto é que custou a fábrica da Pinheira. Não quero deixar mais dúvidas sobre isso, trouxe a fotocópia da escritura, foram 237 milhões de escudos e fica a acta à disposição de quem quiser consultar. Este assunto espero não torne a dar discussão.

Depois, penso que toda a gente, generalizou-se o consenso creio eu, a única voz discordante que eu ouvi foi do Sr. Armando Vieira, que por acaso não visitou as instalações naquele dia, tenho pena, porque estou convencido que teria uma opinião diferente. Estou convencido que toda a gente reconhece que aquelas instalações são excelentes, de resto a observação que ouvi e que subscrevo inteiramente, foi a do Prof. Henrique Diz, que de facto, as instalações se têm algum defeito é serem boas demais, tem espaço a mais. E mal estaria esta Câmara se não tivesse pensado já na forma de rentabilizar aquele espaço. Portanto, isso só melhora o negócio, pois estamos a comprar umas instalações que são boas para os armazéns gerais e para instalar outros serviços da Câmara, que temos espalhados pela cidade. Penso que quanto a isso não há unanimidade mas há uma maioria muito sólida a esse respeito.

Quanto ao preço do terreno confesso que não sei. Mas também confesso que não sei nem me preocupo com isso. Ou seja, se houver mais valias a pagar será a empresa que as paga e eu não tenho que impedir os outros de fazer bons negócios, eu tenho é que fazer um bom negócio para mim. Para a Câmara é seguramente bom, porque a avaliação que fizeram apontava para cerca 400 mil contos e eu aproveito assim de passagem para dizer que o número que o deputado Manuel Coimbra aqui apontou, dizendo que se eu tivesse proposto 150 mil, teria sido vendido por 150 mil (acredito que seja um palpite), mas não tem a menor consistência. Pelo contrário nós conhecemos outras avaliações que apontam para valores mais elevados. Portanto, acredito que é um mero palpite e fico surpreso que o tenha dito com essa facilidade.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, a questão do valor do negócio tem a ver com a oportunidade, com ambas as partes e é preciso ver qual é a oportunidade para a parte que vende e qual é a oportunidade para a parte que compra.”

Presidente da Câmara:

“Penso que estou a perceber onde quer chegar mas faço-lhe ver o seguinte: se a oportunidade deste lado fosse a que está a querer deixar perceber, então eu não teria conseguido ficar a pagar durante dois anos e meio apenas 3500 contos por mês. Penso que isso responde. Também isso foi ponderado. Porque de facto, nós só vamos ficar a pagar 3500 contos por mês, não vamos dar agora os 300 mil contos. Quanto à forma de pagamento, que também suscitou dúvidas e em particular quanto aos terrenos, eu queria dizer e frisar isto porque foi uma preocupação minha também. Nós não estamos na parte remanescente a permutar metros quadrados de construção. Porque aí sim (e foi um ponto duro nas negociações, não o escondo) o negócio ficaria aberto consoante a localização dos terrenos, daqui a dois anos e meio eu não sei se o terreno A) me vai valer 195 mil contos ou se me vai valer 300 mil e então em vez de estar a pagar 300 mil estou a pagar 400 mil. Isso, se fosse assim, o negócio teria ficado em aberto, mas não foi assim que ficou. Se lerem com atenção, nós não vamos permutar metros quadrados, vamos permutar terreno pelo valor de 195 mil contos, está absolutamente fechado. Vai-se ao mercado nesse momento, avalia-se um terreno que custe 195 mil contos e é esse terreno que se permuta. De resto o facto dos

terrenos a permutar não estarem indicados é bom para a Câmara, só pode ser bom, é um factor de flexibilidade e de autonomia de gestão. Portanto, também esta flexibilidade ficou salvaguardada.

A questão dos terrenos dos armazéns gerais, a questão do Beira-Mar e a questão da Faculdade de Medicina. Eu gostava de dizer já, que a primeira vez que ouvi falar de algum interesse das autoridades hospitalares naqueles terrenos foi depois de ter entrado nesta sala, nunca tinha ouvido manifestar tal interesse, mas também dei comigo a pensar que a questão deve ser vista com cuidado. Em termos gerais eu diria isto: quando se colocou aqui há umas semanas atrás o problema da Faculdade de Medicina, alguém me dizia: nós temos já edifício para a Faculdade de Medicina e vamos é começar a construir o novo Hospital de raiz, no eixo da EN109, basta ir a Viseu e fica-se com vontade de começar o projecto com o novo Hospital e o velho Hospital ficaria para a Faculdade de Medicina. E a Universidade se calhar até vê com bons olhos uma solução desse tipo e, portanto, a questão dos armazéns gerais nunca se colocou, nunca ninguém tinha falado dela, mas admito que seja uma variável a ter em conta.

Quero no entanto dizer uma coisa, a solução que nós aprovámos em Câmara é compatível com o PDM, fazer ali um Hospital não é. Pode ser que se encontre solução, mas não é. Em relação ao princípio de venda eu diria o seguinte: se se confirmar que há interesse das autoridades de saúde, ou se se confirmar que há interesse da Universidade em adquirir aqueles terrenos para instalar um equipamento desse tipo, nós temos que aprovar aqui o princípio da venda e portanto, eu aproveito já para obter desta Assembleia o mandato de venda, que nem tem que ser sequer por hasta pública, porque a lei permite que seja por negociação directa em circunstâncias em que isso se justifique. É evidente que se o Estado me oferecer 300 mil contos por aquilo fechamos negócio amanhã.

A questão do Beira-Mar, também não queria deixar de responder a isso. É assim, o loteamento que foi previsto, que foi desenhado, prevê uma zona social e de lojas para o Beira-Mar, que não são umas lojitas Sr. deputado Manuel Coimbra. O Beira-Mar não fica mal agradecido porque sabe que este Presidente de Câmara tem feito muito pelo Beira-Mar. Nós tivemos o cuidado de prever já no loteamento uma área de expansão da bancada que pode chegar a 1000 metros, o que dá mais de 10 lojas, dá área social, dá camarotes em condições etc., tudo devidamente integrado e sem que se veja nenhum prédio cá atrás. O estudo está feito e é perfeitamente possível, são coisas que o Beira-Mar nunca teve e seriam interessantíssimas fontes de receita. E falando como Presidente da Assembleia Geral do Beira-Mar, eu acho, que mesmo com a solução do loteamento que previmos e mesmo com as casas que já lá estão no topo Sul, é possível, puxando o relvado um bocadinho mais para Norte ou atravessando o relvado e construindo novas bancadas, temos espaço naquela zona mais do que suficiente para fazer um Estádio com capacidade mais do que suficiente para um campeonato da Europa. Como sabe os Estádios para mais de 100 mil pessoas já acabaram, um Estádio para um campeonato da Europa deve ter agora 30 mil 35 mil, são os Estádios que eles procuram para fazer um campeonato da Europa. Mas portanto, espaço há, é uma questão de haver dinheiro para organizar o espaço como deve ser. Também sei, que os planeadores deste concelho e todos nós que pensamos nestas coisas, como leigos, aventamos a hipótese de tirar dali o Estádio e de o colocar em Azurva, até temos um plano de pormenor em que isso é previsto. Eu penso é que não é para já e nós temos ali boas condições para ter ali um Estádio adequado ao desenvolvimento do Beira-Mar e do desporto em Aveiro. Penso que nos

próximos dez anos não é preciso tirar dali o Estádio e, portanto, a solução que aprovámos na Câmara não prejudica em nada a construção.

Em conclusão: eu reafirmava a proposta da aquisição das novas instalações dos armazéns gerais nas condições que aqui vêm previstas e que me parecem muito boas; venda dos terrenos dos armazéns gerais, com obrigação para a Câmara de encetar diligências junto das autoridades do Ministério da Saúde e da Universidade, para saber se há ou não há interesse numa aquisição directa para esse efeito. Encaro essa solução realmente boa, o que interessa à Câmara é rentabilizar aquele espaço e se for para uma extensão do Hospital ou para uma Faculdade de Medicina, óptimo.”

Vogal Henrique Diz:

“O Sr. presidente não informou que outras alternativas foram consideradas para instalar os armazéns gerais e também não informou de quem e como fixa os valores dos terrenos para permuta.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. No que diz respeito ao convite que o Sr. Presidente da Câmara fez, só queria dizer que fez muito bem em levar aos armazéns gerais os novos Deputados, agora acho é que não pode dar a entender, que é uma grande novidade que os armazéns estavam degradados, porque nós já sabíamos isso há muito tempo, o meu ponto era só este. É que deu a entender como uma grande novidade, não era grande novidade nenhuma para os Partidos que já têm assento nesta Assembleia.

Segundo era porque é que eu digo que se calhar 150 mil era suficiente. Era ver por quanto é que a Câmara vendeu o terreno numa zona industrial, ver qual é o preço real para implantação de uma indústria na zona industrial e depois ver assim: se eu quisesse fazer uma instalações de raiz com aquela dimensão, se pedisse a alguém para as fazer em quanto tempo e que as fazia e quanto é que me custava. E isto não custava mais do que 150 mil contos e era se calhar um preço base para se negociar com a sociedade a quem vai comprar as instalações.

Acho muito bem e aprecio que o Sr. Presidente tenha clarificado o assunto quanto ao Estádio. A opção é não vai haver Estádio novo, o Estádio é aquele. É bom para nós sabermos isso. E se a opção é aquela, passa a ter legitimidade então a venda dos armazéns gerais e a dádiva das lojas ao Beira-Mar, porque aí realmente a Câmara está a assumir que o Estádio é aquele. Vamos tirar da ideia a construção de um Estádio novo, ao contrário daquilo que já tinha sido aprovado pelo anterior Executivo, em termos de clarificação é isso que nós precisamos de saber.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Duas questões muito rápidas novamente em relação aos armazéns gerais. Para reafirmar a incoerência daquilo que disse em nome da bancada ainda há pouco. A nossa posição mantêm-se no entanto Sr. Presidente, gostaria de dizer-lhe que mesmo mantendo a posição não encontro neste papel que nos foi distribuído todo esse tipo de salvaguardas de flexibilidades que o Sr. Presidente falou. São esclarecimentos orais por si aqui prestados que podem de uma forma ou de outra tranquilizar-nos um pouco quanto à forma de pagamento deste imóvel ou não, depende da boa vontade de cada um e da perspectiva de cada um.

Quanto à segunda proposta, eu também estou aqui a reafirmar o nosso sentido de voto. E porquê? Foi aqui lançado para a Mesa uma sugestão de altíssimo valor, o

próprio Sr. Presidente da Câmara aqui admitiu o seu mérito, é sem dúvida uma sugestão bem apanhada. Mas, o Sr. Presidente aqui diz: de qualquer das formas o princípio da venda deve ser salvaguardado e eu aí não estou de acordo consigo. Eu preferiria nesta Assembleia, como foi várias vezes feito no mandato anterior, numa atitude de boa fé da nossa parte, que esta proposta por ter encima da Mesa outras propostas alternativas que o Sr. Presidente talvez não tivesse equacionado no Executivo e que pode por isso sofrer algum rearranjo, que esta proposta fosse por parte do Executivo suspensa de votação e que o Sr. Presidente, não nos pedisse por favor para votarmos um princípio de venda, com a palavra da Câmara dizendo que suspende o loteamento até que, mas dê-nos o Sr. a nós uma prova da boa vontade do Executivo e diga-nos a proposta é válida, vou encetar as diligências aqui faladas junto do Ministério da Saúde, dar-vos-ei conta dessas diligências na próxima reunião e nessa altura votaremos essa proposta. Era isto que eu tinha a dizer, espero que da parte do Executivo haja a boa vontade que eu aqui pretendi transportar para esta Assembleia.”

Vogal Clara Ribeiro:

“Sr. Presidente, quanto ao Hospital novo, qual a fonte de informação (dado que eu ouvi falar de isso há oito anos) porque sei pela Ministra da Saúde, esta e a que a antecedeu, que para Aveiro não está programado nada, nem mais Hospitais para esta zona devido ao de Vila da Feira. E também não é de admirar, se os doentes são transferidos para Viseu, Coimbra e Porto, passam a ir para Vila da Feira que é muito mais perto. Quanto aos Hospitais em blocos, o Hospital de Aveiro tem o bloco 6 e 8 que são novos, não vejo inconveniente de haver o bloco 10 ou 12 atrás, não vejo inconveniente.”

Presidente da Mesa:

“Esta informação parece-me muito interessante. O problema do Hospital de Aveiro não é o problema de não o quererem ampliar, é o risco em que estamos de lhe reduzirem as valências, é preciso que isto fique muito claro. Quando se anda agora aí com a ingenuidade e optimismo de haver uma Faculdade de Medicina, (eu bato palmas) o problema é outro, é que a perspectiva é de o Hospital de Aveiro ser restringido. É complicado isso.”

Vogal António Salavessa:

“O Sr. Presidente da Câmara, puxou pela escritura e puxou pelo número, é a sua verdade que eu reconheço porque é a verdade última, porque é a verdade do documento, mas eu queria dizer que o meu número não foi atirado ao ar de qualquer maneira, baseia-se na informação da Câmara a esta Assembleia Municipal na reunião que já aqui citei e que informava como número provável os 260 mil contos.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Para lembrar ao Sr. deputado Diogo Machado, sem direito de tréplica e por aí a diante, o seguinte: uma vez apresentada a esta Assembleia uma proposta por parte da Câmara, a Câmara não pode por ela retirar essa proposta, não pode. Isso foi discutido aqui. Não pode, sabe isso, não vale a pena estar a lembrar-lhe.

Agora, espero na parte da minha intervenção não ter sido mal entendida, porque na realidade a questão do Hospital de Aveiro é absolutamente fundamental, também há aqui esse consenso e subscrito pelo próprio Presidente da Câmara. E é fundamental não entrar este processo, ele tem a ver com os dois pontos anteriores da ordem de

trabalhos, essa é a minha posição e é essa que mantenho e sem dúvida nenhuma votando favoravelmente as duas questões. Isto não invalida que a Câmara tendo que ter uma solução de alienação daquela área que está ali, não se comprometa de honra, como já o fez, a tentar junto do Ministério da Saúde. Agora, não vai forçar o Ministério da Saúde a construção nenhuma, não pode; não é o Ministério da Saúde.”

Presidente da Câmara:

“Em relação às alternativas que teriam sido equacionadas eu de facto olhei em volta, tinha a fábrica da Pinheira, lembrei-me do quartel do Parque (mas ainda era mais caro e não está disponível) e portanto apareceu esta, foi-se ver, gostou-se o exercício foi esse, não se andou de facto a procurar exaustivamente, também não é fácil encontrar espaços com estas características . Mas mais importante, quem define os terrenos? Peço desculpa mas isso está dito no ponto 7, “a especificação e a localização exacta dos terrenos a ceder pela Câmara Municipal de Aveiro será feita por comum acordo entre as partes, na ausência do qual será constituída uma comissão arbitral, com um representante de cada uma das partes e um terceiro escolhido por aqueles”.”

Vogal Henrique Diz:

“O que o Sr. Presidente está a ler, é uma carta do Sr. Presidente da Câmara para o gerente da Rodimo. A proposta que o Sr. Presidente trás e o que nós aprovamos nesta Assembleia é esta proposta, não é a carta que o Sr. Presidente escreve ao gerente da Rodimo. Agora, se o Sr. Presidente assume que a sua proposta inclui os termos que estão contidos na carta, então eu estou satisfeito.”

Presidente da Câmara:

“É isso mesmo, eu de facto tinha a sensação que já tinha sido distribuído o acordo em forma de carta onde estão os outros pontos que concretizam as linhas gerais daquilo que foi aprovado. Mas assumo e não tenho problema nenhum em especificá-los.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Gostaria de perguntar, Sr. Presidente da Assembleia, se de acordo com o regimento, se de facto é possível poder assumir neste momento isto como proposta e se isso não vem alterar a proposta.”

Presidente da Mesa:

“Não é assumir, o Presidente da Câmara esclarece na deliberação do Executivo, porque ele sozinho não pode estar a dar palpites, no seu entendimento foi tido em conta e pressuposto o que consta da carta, não penso que possa vir aqui agora dizer algo diferente. Pode esclarecer-nos que isso esteve na base da proposta.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“O que quero saber é se de facto, do ponto de vista do regimento da Assembleia, se ao votarmos esta proposta podemos de facto integrar o que está inserido na carta, não é o Sr. Presidente da Câmara dizer que concorda com isto.”

Presidente da Mesa:

“Desculpar-me-á, tenho de responder negativamente, qualquer proposta que seja aqui aprovada se não estiver redigida ao milímetro é susceptível, em termos de má fé, ser alterada pela Câmara no dia seguinte. É evidente que tem que haver aqui um pressuposto de boa fé. E a boa fé está nisto, o Presidente da Câmara está a esclarecer e até com alguma abertura, que quando é aprovada aquela proposta pelo Executivo é subentendido todo um documento, que até não estávamos a encontrar, e é afinal uma carta das chamadas tratativas negociais. Bem... se ele o diz a Assembleia terá que o aceitar. Eu entendo que devemos aceitar a postura de boa fé do Presidente da Câmara.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Está a confundir as coisas e a complicá-las. Não está aqui em causa a boa fé do Sr. Presidente da Câmara, está só eu querer ter a certeza de regimentalmente ser possível.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Doutamente como é hábito e seu timbre, o Sr. Presidente da Mesa, explicou-nos, que realmente estas são as fases tratativas. E realmente se calhar cada um de nós já tinha olhado para este documento. Com esta interpelação, eu quero dizer ao Sr. Presidente da Mesa ou recomendar através da Mesa à Câmara, que se há uma demonstração de boa fé de parte da Câmara, obviamente que também há uma demonstração de boa fé da parte desta bancada do Partido Popular. Porque nunca isto foi óbice na discussão deste tema, para que não afirmasse-mos desde o primeiro instante que votaríamos favoravelmente este ponto. Agora, se há uma carta dirigida à gestão da Rodimo na fase tratativa do processo, creio eu, e isto é só uma recomendação, não é nada mais do que isso, que na proposta a esta Assembleia Municipal podiam também constar estas condições dadas como aceites pelas duas partes e isto sim é também uma prova de boa fé da nossa parte também e que fique bem ressaltado isso.”

Presidente da Câmara:

“Eu penso que se está aqui a criar um problema que eu penso devemos reduzir à dimensão que tem. A deliberação de Câmara traçou e aprovou as grandes linhas da operação, depois as negociações prosseguiram dentro dos parâmetros da deliberação e foi preciso juridicamente tomar algumas precauções. Esses pormenores jurídicos não foram vistos na reunião de Câmara, mas foram de acordo com o espírito da deliberação. O que eu enviei para a Assembleia para que tudo ficasse bem instruído, foi tudo. Foi a acta da deliberação e foi a carta que traduz as negociações já havidas e a afinação jurídica que foi feita, ou seja, a minha proposta é a proposta que está expressa na carta, porque é mais desenvolvida, tem todos os pormenores, carta que traduz o que foi aprovado em acta na Câmara. A proposta é essa, acho que não há aqui nada a dizer.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Quero só dizer que estou esclarecido e que em termos do que se tem passado nesta Assembleia, em que por vezes uma questão de ordem legal e pontual impeça uma decisão que nem sequer é discutida, nós também no espírito de que isto se não deve tecer, também nós não vamos agora por causa de uma questão meramente formal, algum de nós levantar um problema para inviabilizar de facto a formalidade que aqui temos nesta proposta.”

Presidente da Câmara:

“Só para reafirmar o compromisso de honra, para que fique claro de que se a proposta por aprovada, (a venda) ela não será feita sem ser ouvida a Sr.ª Ministra da Saúde e a Universidade. Gostava que isso ficasse claro. Muito Obrigado.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto n.º 5 da ordem de trabalhos Arrendamento e Aquisição de Instalações para os Armazéns Gerais, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e um votos a favor (7PP+1PSD+12PS+1PCP) onze abstenções (11PSD) e zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes Vogais.

Vogal Nuno Tavares:

“O meu voto de abstenção, depois de alguma reflexão, deve-se ao facto das variadíssimas intervenções que aqui se verificaram, eu não ter podido concluir que o preço final de aquisição tivesse de facto sido o preço mais favorável possível à Câmara. Nesse sentido, embora sendo o meu voto favorável à aquisição, não pude concluir que a aquisição tivesse sido realizada nas melhores condições de preço possível”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“É uma declaração de voto de dez membros desta bancada que se abstiveram, uma vez que nos parece não terem sido consideradas todas as alternativas à instalação dos armazéns gerais, nomeadamente aquisição de terrenos e construção de raiz, para não se repetirem exemplos de má memória.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“A bancada do Partido Popular, na Assembleia Municipal, votou a favor o ponto n.º 5 da ordem de trabalhos desta Assembleia por duas ordens de razões: a primeira por uma questão de coerência com aquilo que sempre afirmou na discussão deste ponto concomitantemente com a manifestação de boa fé e de oposição construtiva que pretendemos ser como parceiros da governação deste município. Sempre que for por nós entendido como já atrás dissemos, que é de louvar acções ou atitudes fá-lo-emos, como claramente aqui ficou demonstrado com a nossa actuação na discussão do ponto n.º 5 da ordem de trabalhos. Por outro lado votámos também este ponto da ordem de trabalhos, porque essa mesma boa fé se estende à compreensão aqui pedida pelo Sr. Presidente da Câmara em relação à inclusão do processo tratativo à gerência da sociedade Rodimo, entendendo nós que essa carta será aceite pelas duas partes e que assim não for, o Sr. Presidente da Câmara comunicará imediatamente a esta Assembleia caso venha acontecer.”

Vogal António Salavessa:

“Votei a favor na compra das instalações da Rodimo para armazéns gerais, no pressuposto que os termos finais do contrato são os da carta anexa à deliberação da Câmara.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto n.º 6 da ordem de trabalhos, Alienação de bens: a) Terrenos dos Armazéns Gerais, sendo o mesmo

aprovado por maioria de vinte e sete votos a favor (2PP+12PSD+12PS+1PCP) dois votos contra (2PP) e três abstenções (3PP).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes Vogais.

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Em nome da bancada do PSD, votámos a favor, em virtude do Sr. Presidente da Câmara se comprometer a estabelecer contactos com a Universidade e o Ministério da Saúde, para a possibilidade da utilização dos terrenos por aquelas instituições.”

Vogal António Salavessa:

“Votei a favor a alienação dos lotes previstos para os terrenos dos actuais armazéns gerais, no pressuposto de que a Câmara antes de a concretizar sondará o Poder Central e a Universidade acerca do seu interesse nestes terrenos para a necessária melhoria dos serviços hospitalares do concelho, privilegiando este objectivo se for caso de isso.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas para dizer que eu e o Dr. Capão Filipe votámos contra este ponto da ordem de trabalhos, não porque não considere que ele possa ser uma fonte de receita legítima para a autarquia, mas sim porque exactamente baseado no mesmo pressuposto de que o Sr. Presidente e o seu Executivo consultarão o Ministério da Saúde acerca da disponibilidade para adquirir aquele imóvel, entendemos que claramente aprovando este princípio de venda, sendo este o objectivo do Executivo, vai perder claramente força negocial ou vai pelo menos (desculpar-me-ão) empenhar-se um pouco menos na persecução do objectivo que aqui foi claramente levantado nesta Assembleia.”

Após a última intervenção, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Finalmente, nos termos regimentais, o Presidente da Mesa convocou a próxima reunião da presente Sessão para o dia 07 do mês em curso, pelas 20:30 horas.

E não se registando mais intervenções deu por encerrada a reunião.

Eram 02:15 horas do dia 07 de Maio.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.